



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 081

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE AGOSTO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **Sem Partido** - 03: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto - Mauro Moraes; **PL** - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 01: Carlos Simões.

DIÁRIO Nº 081**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão Ordinária	03
Expediente:	
Mensagens	03
Ofícios	05
Requerimentos	05
Projeto de Resolução	08
Projetos de Lei	13
Pequeno Expediente:	
Dep. Reni Pereira	19
Dep. Rafael Greca	20
Dep. Hermes Fonseca	21
Dep. Plauto Miró Guimarães	22
Dep. Ademar Traiano	24
Dep. Elio Rusch	25
Grande Expediente:	
Dep. Valdir Rossoni	27
Horário das Lideranças:	
Liderança do PMDB:	
Dep. Antonio Anibelli	31
Liderança do PT:	
Dep. Hermes Fonseca	22
Liderança do PFL:	
Dep. Plauto Miró Guimarães	23
Liderança do PSDB:	
Dep. Ademar Traiano	24
Liderança do Governo:	
Dep. Rafael Greca	32
Liderança da Oposição:	
Dep. Valdir Rossoni	33
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	35
Discussão / Votação:	
3ª Discussão	36
2ª Discussão	36
1ª Discussão	37
Requerimentos	43
Encerramento da Sessão Ordinária.....	43

Publicações:

Diretoria Geral:

Portarias44

Atas de Comissões:

Comissão de Redação44

076ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 076ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
15 DE AGOSTO DE 2005**

*(segunda-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Carlos Simões, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Mil-tinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (47). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: André Vargas, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Chico Noroeste, Duílio Genari, Padre Paulo Campos e Waldir Leite (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão Ordinária:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 035/2005

Curitiba, 10 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Em conformidade com o artigo 66, inciso III, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva fixar o efetivo da Polícia Militar do Paraná em 20.237 (vinte mil, duzentos e trinta e sete) policiais-militares, distribuídos pelos respectivos postos e graduações, bem como alterar a Lei Estadual nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da PMPR), contemplando a ampliação das atividades do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná.

O plano de lei ora submetido à elevada apreciação dessa Casa, consulta aos superiores interesses da Administração e da coletividade, eis que, acrescentando mais 71 (setenta e um) Militares Estaduais e realocando outros 72 (setenta e dois) postos e graduações no atual efetivo do Corpo de Bombeiros, necessitando tão somente de promoções internas, ensejar-se-á condições plenas no sentido de se expandir o Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência (SIATE) para mais dezenove municípios do Estado do Paraná, já em fase de implantação, assim como a instalação de 46 (quarenta e seis) unidades de Bombeiro Comunitário, além de outras quatro unidades pilotos, já implantadas.

Quanto ao SIATE, verifica-se que o trânsito, as agressões, interpessoais e o trauma em geral, têm tornado a vida dos cidadãos mais dependente da ação do Estado, aumentando a demanda pelo atendimento especializado do SIATE, o que, necessariamente, implica na sua expansão, pelo menos nas cidades de maior porte, laborando nesse mister, a presente proposta consiste em aumentar o quadro de pessoal do Corpo de Bombeiros e expandir o atendimento do SIATE para mais dezenove municípios do Estado, aproveitando estruturas já existentes das Secretarias de Estado pessoal da Segurança Pública e da Saúde, bem como firmando convênios com as Secretarias

de Saúde dos Municípios alvos, a fim de se garantir a prestação do serviço público com eficiência, eficácia e qualidade à população paranaense.

Quanto ao Bombeiro Comunitário, por meio de uma parceria entre o Estado do Paraná e municípios alvos, uma primeira resposta do Corpo de Bombeiros estará sendo expandida para mais de 46 (quarenta e seis) municípios com mais de quinze mil habitantes, além dos quatro projetos pilotos já em fase de execução, que contarão com ações de combate a incêndios e de Defesa Civil por meio de uma guarnição completa de funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal, devidamente comandada por um bombeiro profissional, contando com um autobomba tanque e equipamentos básicos para o atendimento mais emergencial, aumentando a segurança dos cidadãos dos Municípios atendidos.

Assim, para o Bombeiro Comunitário, a presente proposta contempla a readequação de 72 (setenta e duas) vagas já existentes no Quadro Organizacional do Corpo de Bombeiros, possibilitando a criação da 8ª Seção do Estado Maior na Estrutura do Comando do Corpo de Bombeiros, responsável pela implantação, coordenação e execução das atividades de Defesa Civil e de Bombeiro Comunitário em todas as Unidades Operacionais de Bombeiro Militar do Estado do Paraná.

Atualmente, o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná está presente em 47 (quarenta e sete) municípios do Estado. Com a ampliação do SIATE e do Bombeiro Comunitário, 97 (noventa e sete) municípios contarão com o atendimento de bombeiro, totalizando aproximadamente 75% (setenta e cinco) por cento da população paranaense. Em relação ao SIATE, o programa de expansão contemplará o atendimento especializado ao trauma em emergência em todos os municípios do Estado com mais de cinquenta mil habitantes.

Certo de que as medidas propostas merecerão dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O efetivo da Polícia Militar do Paraná é fixado em 20.237 policiais-militares.

Art. 2º O efetivo constante do artigo anterior será distribuído, por postos e graduações previstos na Polícia Militar do Paraná, de acordo com os quantitativos fixados nos Anexos I e II desta Lei, denominados respectivamente de Resumo dos Quadros de Oficiais e Resumo das Praças por Qualificação Policial-Militar Geral.

Parágrafo Único. O efetivo de Praças Especiais será variável, sendo o de Aspirante-a-Oficial até o limite de 160 e o de Aluno-Oficial até o limite de 150.

Art. 3º A Lei 6.774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da PMPR), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“...

Art. 45.

I - Grupamento de Bombeiros e Subgrupamento de Bombeiros Independente (GB e SGBI): incumbidos da missão de extinção de incêndios, busca e salvamento, são subordinados ao Comando do Corpo de Bombeiros;

II - Subgrupamento de Bombeiros: organização subordinada a um Grupamento de Bombeiros;

III - Seção de Bombeiros (SB): organização subordinada a um Subgrupamento de Bombeiros ou Subgrupamento de Bombeiros Independente e com as mesmas missões e características destes;

Art. 46. Os Grupamentos de Bombeiros e os Subgrupamentos de Bombeiros Independentes são assim organizados:

...

III - Estado-Maior;

...

Art. 47. As áreas de responsabilidade e desdobramento das unidades operacionais do Corpo de Bombeiros obedecerão ao que prescreve o Capítulo Único do Título III desta Lei, no que lhe for aplicável, sendo que um Grupamento equivale a um Batalhão, um Subgrupamento

equivale a uma Companhia e uma Seção de Bombeiros equivale a um Pelotão.”

Art. 4º Fica acrescido o inciso VII, a alínea i, ao parágrafo 8º, ao artigo 41, da Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976, com as seguintes redações:

“...

VII - SIATE (Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência).

...

§ 3º

...

i) 8ª Seção (BM/8): assuntos de Defesa Civil.

...

§ 8º A Coordenadoria do SIATE incumbe-se da direção, controle, coordenação e planejamento dos recursos do Corpo de Bombeiros empregados no Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergências.”

Art. 5º O aumento de efetivo decorrente desta lei far-se-á progressivamente, através de inclusões ou nomeações autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo, de conformidade com as disponibilidades do Estado.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 14.696, de 11 de maio de 2005, e demais disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

ANEXOS A QUE SE REFERE O ARTIGO 2º

RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS - ANEXO I								
QUADROS		CEL	TC	MAJ	CAP	1º TEN	2º TEN	SOMA
QOPM		12	38	63	186	204	239	742
QOBM		2	10	25	52	58	61	208
QOS	PM Med	1	5	6	6	16		34
	PM Dent	1	2	7	8	14		32
	PM Bioq		2	1	1	3		7
	PM Vet				3	2		5
QOA					13	25	75	113
QCPM						1		1
QOE	Músicos					1	1	2
TOTAL		16	57	102	269	324	376	1144

RESUMO DAS PRAÇAS POR QUALIFICAÇÃO I POLICIAL-MILITAR GERAL - ANEXO II							
GRAD. QPMG	ST	1º SGT	2º SGT	3º SGT	CB	SD	SOMA
1-PRAÇAS PM	175	279	660	1385	2143	11248	15890
1-PRAÇAS BM	56	89	117	435	697	1809	3203
TOTAL	231	368	777	1820	2840	13057	19093

Ofícios

OFÍCIO S/Nº

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estou desfilado do Partido Liberal e não faço parte da Bancada do PL nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) MAURO MORAES

OFÍCIO S/Nº

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estou filiado do Partido Popular Socialista e a partir da presente data faço parte da Bancada do PPS, nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) AILTON ARAÚJO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2279

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de louvor à Associação Paranaense das Senhoras dos Deputados Estaduais - APASDE -, parabenizando a organização da III Exposição de Quadros e Telas dos funcionários da Assembléia Legislativa do Paraná, que terá início no dia 15 de agosto de 2005, às 16 horas, no Espaço Cultural da Assembléia.

Os votos são extensivos aos funcionários do Poder Legislativo que participam da mostra com suas obras. Essa promoção cultural é fundamental para o desenvolvimento dos dedicados funcionários públicos da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 01508.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2296

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 16/08/2005 (terça-feira) em Comissão Geral a discussão e votação do Projeto de Lei nº 484/2004, Mensagem nº

36/2004, que objetiva transformar a EMATER/PR em autarquia.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Alexandre Curi, Cida Borghetti, Francisco Bühner, Miltinho Pupio, Pedro Ivo Ilkiv, Rafael Greca, Ailton Araújo, Carlos Simões, Elza Correia, Ademir Bier, José Maria Ferreira, Antonio Anibelli, Delegado Bradock, Cleiton Lielse, Luiz Fernandes Litro Da Silva, Nelson Garcia, Ângelo Vanhoni, Mauro Moraes, Geraldo Cartário, Natálio Stica e 2 ilegíveis.

REQUERIMENTO Nº 2302

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, correção no texto apresentado no livreto publicado pela Comissão de Orçamento desta Casa, onde na qualificação dos Deputados componentes da Comissão há a informação que este Parlamentar concluiu mestrado em Direito Tributário na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, uma vez que o correto é que foi mestrando mas não concluiu o mestrado. Solicito ainda, caso haja qualquer informativo desta Casa com a mesma informação, seja retificado.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2282

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Ildefonso Gomes neto, filho do Sr. Pedro Gomes, ocorrido dia 11 de agosto/2005.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 52 anos de idade faleceu em 11 de agosto de 2005, em Agudos do Sul, o Sr. Ildefonso Gomes Neto, que era viúvo de Maria Pruchaki Gomes. Deixou 02

filhos e 13 irmãos, dentre eles o Vereador Alcídio Carvalho Gomes. Deixou, ainda 02 netas.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O Sr. Ildefonso era pessoa bem relacionada e estimada por todos que o conheciam, a quem sempre dedicava atenção e carinho.

O destino roubou-o ao convívio de seus ente queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Rogamos ao Pai Celeste que nossos amigos familiares do Sr. Ildefonso encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Gomes endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2294

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Cornélio Martinelli, ocorrido nesta data, e que seja remetido cópia desta proposição à família enlutada, com mensagem de condolências.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 2298

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento, ocorrido no dia 13 e agosto, do Deputado Federal Miguel Arraes, Presidente do Partido Socialista Brasileiro e ex-Governador do Estado de Pernambuco. Miguel Arraes teve uma carreira das mais brilhantes, entre os políticos brasileiros. Bravo defensor da democracia foi preso e deportado pela Ditadura Militar.

Com o advento da anistia, Arraes retornou do exílio em 1979, para continuar defendendo o povo mais humilde da nossa terra. Ao ser sepultado, no dia de ontem, recebeu uma das maiores ovações de incalculável número de pessoas que o amavam, sendo aclamado pelo povo que sempre esteve ao seu lado, que gritava com toda força de seu pulmão "Arraes, Guerreiro do Povo Brasileiro".

Requer, outrossim, que a decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 2288

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações aos Srs. Hélio Cardoso Derenne e Jairo Tupy Costa Reinhardt, respectivamente Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal e Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Paraná, pela excelência da campanha realizada em 03 (três) trechos das rodovias do Paraná, e com brilhantismo, contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, sob o lema: "Proteja como se fosse sua filha".

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2293

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção nos Anais desta Casa, de votos de congratulações, à Associação Cultural e Esportiva de Maringá - ACEMA, pelo sucesso obtido na realização do 16º Festival Nipo-Brasileiro de Maringá, levado a efeito no período de 06 a 15 de agosto de 2005.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, parabeniza a ACEMA, na pessoa do seu Presidente, Sr. Kiyoshi Yano. Cumprimentos estes extensivos a toda a sua equipe de trabalho.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2289

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de louvor e aplausos nos Anais desta Casa ao Padre Antonio Carlos Zago, pelos relevantes serviços prestados na área social do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2290

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de louvor e aplausos nos Anais desta Casa à Sra. Maria Helena Santucci Machado, pelos relevantes serviços prestados à Educação Especial e à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2284

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Manoel Carvalho dos Anjos - Bairro Alto Boqueirão, que solicitam a determinação de policiamento ostensivo nessa rua, proximidades do nº 100, tendo em vista que são realizados diariamente, entre às 20h00 e 24h00, "rachas" de veículos e motos. Essa situação vem ocorrendo há três meses. O barulho produzido é alto demais. Os motoqueiros empinam suas motos, são estourados "rojões", os quais, além de assustarem à população, principalmente as crianças e idosos, fazem com que os alarmes dos carros disparem, promovendo mais barulho. Os moradores já entraram em contato com a polícia por diversas vezes, porém não há destacamento de policiais ao local.

A situação é muito crítica, a comunidade encontra-se apavorada e sem segurança, motivo pelo qual solicitamos brevidade no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2285

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Pinheirinho, que solicitam a determinação de policiamento ostensivo nas proximidades da "Churrascaria Gaúcha" e do viaduto, neste bairro. Ocorrem assaltos com frequência e quando o policiamento é solicitado, infelizmente não comparece ao local.

Os moradores encontram-se apavorados e sem segurança, motivo pelo qual solicitam brevidade no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2286

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido do Sr. Reinaldo Domingues da Silva, residente à Rua Ovídio Garcez, nº 10 - Bairro Cachoeira, que solicita o prolongamento da rede de distribuição de água em aproximadamente 200 metros, entre rua em que reside e a Rua Raul Kühn.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o requerente pelos telefones 3585-3562 e 3585-2323.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2287

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Sezinando Teixeira de Oliveira - Moradias Novo Horizonte - Bairro Sítio Cercado, que pedem reparos na fiação da rede de iluminação pública.

Ocorre que no final da referida rua, no Loteamento Bonato, os fios elétricos foram roubados há quatro meses e até a presente data nenhuma providência foi tomada. O local fica muito escuro e perigoso à noite, motivo pelo qual os moradores pedem urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2280

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Roberto Rodrigues, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, solicitando do mesmo a urgente liberação dos Contratos Privados de Opção para a Mandioca, negociados junto aos representantes dessa cadeia produtiva e Parlamentares da Comissão de Agricultura.

No ano de 2005, o Brasil deve colher uma das maiores safras de mandioca, mais de 26 milhões de toneladas, segundo estimativa do IBGE. Essa produção é 10% superior à produção do ano passado.

Incentivados pela alta de preços, cerca de um milhão de produtores rurais plantaram mandioca. O aumento da produção e a grande queda na demanda, em virtude das baixas cotações do dólar, derrubaram os preços recebidos por produtores.

O Governo anunciou que faria o leilão em valor baixo, cerca de 500 mil toneladas, mas imprescindível para segurar a queda dos preços.

Contudo, esse anunciado leilão foi cancelado sob a alegação de problemas técnicos. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento garantiu o anúncio para o dia 03 de agosto e até a presente data nada aconteceu.

Solicitamos o apoio do Ministério a essa importante cadeia produtiva da mandioca.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2281

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, bem como à Secretária de Estado da Administração e Previdência, Exma. Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon, solicitando dos mesmos a urgente implantação do reajuste salarial para os policiais civis.

A reivindicação da categoria segue anexa e merece a atenção do Poder Público. O trabalho inestimável da categoria deve ser valorizado.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2295

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de uma quadra de esportes coberta na Escola Estadual Coelho Neto, do Município de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Desejamos, com a referida proposição, oferecer ao corpo discente do Educandário condições para a prática do desporto e aulas de educação física, bem como o espaço também será utilizado para a realização de diversas atividades e eventos.

REQUERIMENTO Nº 2277

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião, que determine a implantação do IML - Instituto Médico Legal, na cidade de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Cornélio Procopio se constitui no município-pólo da região, com aproximadamente duzentos mil habitantes, com registro diário de demanda pelo serviço do IML e ressalta-se a implantação desse órgão que irá atender múltiplos casos desse setor. A implantação deste facilitaria o atendimento, evitando o deslocamento em maior distância daqueles que necessitam do mesmo.

REQUERIMENTO Nº 2301

Senhor Presidente:

O Deputado Ângelo Vanhoni, que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, após

ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, solicitando o envio de uma viatura policial e material de apoio à Delegacia de Polícia do Município de Antonina.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovando o presente requerimento, estará em sintonia com uma importante reivindicação da comunidade de Antonina, que, como em outras partes do Estado e do País, enfrenta graves problemas de segurança pública.

Requer ainda, que aprovado este requerimento, sejam comunicadas as autoridades policiais, o Sr. Prefeito Municipal e os Vereadores do Município de Antonina.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 2303

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Sr. Airton Pisseti, Secretário de Estado da Comunicação Social do Estado do Paraná, informar qual o total das despesas correspondentes à propaganda relativa às ações de Governo do Estado, divulgadas através de painéis publicitários, instalados no mobiliário urbano desta capital, região metropolitana e outras cidades deste Estado, se houver, sob responsabilidade da empresa "Clear Channel". Juntar cópia do(s) respectivo(s) contrato(s).

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(aa) VALDIR ROSSONI

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Projeto de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 014/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica alterada a redação do Regimento Interno da Escola do Legislativo, aprovada pela Resolução 009 de 1º de setembro de 2003, que instituiu a Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme texto anexo.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição de alteração da redação do Regimento Interno da Escola do Legislativo é necessária para viabilizar de forma mais ágil e objetiva a sua implantação e funcionamento em busca dos ideais que motivaram a sua criação, em especial o aprimoramento

técnico, pessoal e profissional dos servidores do Poder Legislativo, que reverterá diretamente na qualidade do produto da atividade legislativa neste Estado, a exemplo do que já vem ocorrendo em algumas capitais brasileiras.

TÍTULO I **DA ORGANIZAÇÃO DA** **ESCOLA DO LEGISLATIVO**

Capítulo I **Dos Objetivos**

Art. 1º A Escola do Legislativo tem por objetivos:

I - propiciar formação permanente, em níveis diferenciados, voltada ao desenvolvimento profissional e cultural;

II - oferecer aos servidores do Poder Legislativo, suporte conceitual de natureza técnico-científica para o exercício de quaisquer das funções inerentes às finalidades da Assembléia Legislativa;

III - promover seminários e ciclos de palestras sobre temas atuais da realidade sócio-econômica brasileira;

IV - fomentar as pesquisas técnico-acadêmicas de interesse do Poder Legislativo, em cooperação científica com outras instituições de ensino;

V - desenvolver programas de ensino para a formação de lideranças comunitárias e políticas;

VI - desenvolver um programa de qualificação e aperfeiçoamento para os Vereadores dos municípios paranaenses;

VII - oferecer aos servidores do Poder Legislativo a oportunidade de complementação ou retomada de seus estudos, em todos os níveis de escolaridade;

VIII - integrar-se ao Programa INTERLEGIS do Senado Federal, por intermédio da participação de Parlamentares, servidores e agentes políticos em vídeo-conferências, educação, aperfeiçoamento e treinamento à distância ou presencial.

Art. 2º A Escola do Legislativo será integrada pelos seguintes órgãos:

I - Presidência da Escola;

II - Direção;

III - Coordenação Administrativa;

IV - Coordenação Pedagógica;

V - Secretaria;

VI - Conselho Escolar.

Capítulo II

Das Atribuições e da Composição dos Órgãos

Art. 3º O Presidente da Escola do Legislativo será nomeado pelo Presidente da Assembléia Legislativa, entre os servidores do Poder Legislativo com escolaridade mínima de terceiro grau.

Parágrafo Único. Compete ao Presidente:

I - representar a Escola do Legislativo junto à Mesa Executiva, à administração da Assembléia e às entidades externas;

II - dirigir as atividades da Escola do Legislativo e tomar as providências necessárias ao seu regular funcionamento;

III - convocar reunião extraordinária do Conselho Escolar;

IV - celebrar convênios e contratos com outras instituições, ouvido o Conselho Escolar;

V - participar da elaboração dos programas de ensino;

VI - elaborar, juntamente com os Coordenadores Administrativo e Pedagógico, o orçamento anual da Escola do Legislativo, submetendo-o, em tempo hábil, à apreciação do Conselho Escolar;

VII - prover, mediante requisição, os recursos necessários ao funcionamento da Escola;

VIII - elaborar o relatório anual de atividades da Escola a ser submetido ao Conselho Escolar;

IX - planejar e administrar os gastos de acordo com a previsão orçamentária;

X - assinar a correspondência oficial da Escola e, juntamente com o titular da Secretaria os certificados e documentos escolares;

XI - propor, ouvido o Conselho Escolar, a contratação temporária de professores e conferencistas;

XII - aplicar, no âmbito da escola, medidas disciplinares decididas pelo Conselho Escolar;

XIII - apreciar requerimentos de alunos e de professores sobre dispensa, licenças, matrículas e outros;

XIV - desenvolver outras atividades inerentes ao cargo, em especial quanto à administração da Escola;

XV - cumprir e fazer cumprir este Regimento.

Art. 4º O Conselho Escolar, presidido pelo Presidente do Poder Legislativo, órgão consultivo, normativo e deliberativo tem a seguinte composição:

I - Presidente do Poder Legislativo;

II - Diretor da Escola;

III - Coordenador Administrativo;

IV - Coordenador Pedagógico;

V - um servidor indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

VI - um representante do corpo docente, indicado pela maioria de seus pares;

VII - um representante do corpo discente indicado pela maioria dos representantes de turma.

Parágrafo Único. Na ausência ou impedimento do Presidente do Conselho Escolar, presidirá as Sessões o Diretor da Escola, que por sua vez poderá ser substituído pelo Coordenador Pedagógico e pelo Coordenador Administrativo, sucessivamente.

Art. 5º O Conselho Escolar reunir-se-á ordinariamente na primeira semana do mês, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º As decisões do Conselho Escolar serão tomadas por maioria de votos presente a maioria de seus membros e em caso de empate, o Presidente do Conselho proferirá o voto de desempate.

§ 2º As reuniões extraordinárias do Conselho Escolar serão convocadas pelo seu Presidente ou pelo Diretor da Escola do Legislativo, de ofício ou a requerimento da maioria dos membros do Conselho Escolar.

Art. 6º Compete ao Conselho Escolar:

I - fixar as diretrizes de atuação da Escola do Legislativo em cada período letivo, observados os objetivos da Escola do Legislativo;

II - planejar o trabalho escolar, estabelecendo os cursos a serem ofertados, o respectivo calendário e a periodicidade das avaliações;

III - aprovar o planejamento dos cursos e programas especiais, respectivos módulos e currículos;

IV - aprovar medidas para o aprimoramento da Escola do Legislativo, transformando-as em proposição legislativa quando necessário;

V - aprovar a celebração de convênios e de contratos entre a Escola do Legislativo e outras instituições de ensino ou de objetivos similares;

VI - aprovar, em tempo hábil, o orçamento da Escola Legislativa, encaminhando-o à Mesa Executiva para inclusão no orçamento do Poder Legislativo;

VII - aprovar os editais de seleção e de matrícula;

VIII - aprovar os editais de concursos para o corpo docente permanente;

IX - apreciar as contratações temporárias de professores, conferencistas e instrutores;

X - propor medidas para a solução de questões disciplinares;

XI - aprovar o relatório anual de atividades a ser encaminhado à Mesa Executiva para publicação no Diário da Assembléia;

XII - deliberar sobre todas as demais questões relativas à Escola do Legislativo não previstas neste Regimento.

Art. 7º Os Coordenadores Administrativo e Pedagógico indicados pelo Diretor serão nomeados pelo Presidente do Conselho Escolar e deverão comprovar escolaridade mínima de terceiro grau.

I - Ao Coordenador Administrativo prover as condições para o regular funcionamento da Escola e a consecução das suas atividades;

II - ao Coordenador Pedagógico:

a) prover o ensino dos servidores do Poder Legislativo nos moldes deste Regimento, organizando e mantendo os cursos para a sua formação e aprimoramento técnico e pessoal, e

b) viabilizar a oferta de cursos mediante a utilização de recursos virtuais através do Programa INTERLEGIS e da UNILEGIS - Universidade do Legislativo, do Senado Federal.

Art. 8º Compete aos Coordenadores:

I - planejar os cursos e programas a serem oferecidos pela Escola do Legislativo submetendo-os ao Conselho Escolar;

II - coordenar, acompanhar e avaliar, com o Diretor da Escola, o desenvolvimento dos cursos e programas e o desempenho dos professores;

III - elaborar, juntamente com o Diretor, o orçamento anual da Escola do Legislativo;

IV - indicar e submeter à aprovação do Diretor da Escola e do Conselho Escolar os nomes de professores, instrutores temporários e conferencistas;

V - comunicar ao Diretor da Escola e ao Conselho Escolar os casos de reincidência em falta disciplinar;

VI - emitir parecer sobre a dispensa de disciplina ou a matrícula em disciplinas isoladas;

VII - elaborar e submeter ao Conselho Escolar os editais de seleção para matrícula nos cursos ofertados pela Escola do Legislativo;

VIII - desenvolver outras atividades inerentes ao cargo.

Art. 9º A secretaria da Escola é órgão administrativo auxiliar dos demais, subordinado à Diretoria.

Parágrafo Único. Compete ao Secretário:

I - manter atualizados os registros do aluno e do professor;

II - providenciar o diário de classe;

III - expedir certificados;

IV - manter cadastro de nomes de profissionais especializados em diversas áreas do saber de interesse pedagógico da Escola do Legislativo;

V - lavrar as atas das reuniões do Conselho Escolar;

VI - divulgar os editais;

VII - elaborar as correspondências e demais documentos da Escola;

VIII - prover as necessidades de material para o desenvolvimento dos cursos e programas;

IX - desenvolver outras atividades inerentes ao cargo.

Capítulo III

Do Corpo Docente e do Corpo Discente

Art. 10. O corpo docente será composto por professores permanentes, por instrutores e por conferencistas contratados por evento ou por tempo determinado.

§ 1º O corpo docente permanente será contratado através de concurso público, organizado segundo legislação específica.

§ 2º O corpo docente temporário será contratado tendo em vista conhecimento notório e experiência comprovada nas áreas definidas como objeto do curso ou evento promovido pela Escola do Legislativo.

Art. 11. O corpo discente é constituído pelos alunos regularmente matriculados na Escola do Legislativo.

§ 1º Serão considerados alunos regulares aqueles que estiverem matriculados em quaisquer dos cursos ofertados pela Escola do Legislativo ou através dela, sejam os cursos permanentes ou temporários.

§ 2º Cada turma dos alunos deverá escolher um representante para tratar de assuntos de interesse dos mesmos perante os órgãos da Escola.

Capítulo IV

Dos Direitos e dos Deveres

Art. 12. São direitos do professor:

- I - liberdade de cátedra;
- II - participação, por meio de representante, no Conselho Escolar;
- III - remuneração dos serviços prestados.

Art. 13. São deveres do professor:

- I - cumprir a programação estabelecida para o curso sob sua responsabilidade;
- II - elaborar os planos de curso e os instrumentos de avaliação;
- III - entregar à Secretaria da Escola, em tempo hábil, os resultados das avaliações e da sua apuração da frequência;
- IV - aplicar ao aluno que incorrer em falta disciplinar penalidade de advertência e suspensão de até 1 (um) dia letivo e comunicar a ocorrência ao respectivo Coordenador;
- V - assiduidade e pontualidade.

Art. 14. São direitos do aluno:

- I - conhecer as normas regulamentares que lhe dizem respeito;
- II - ter cumpridos pelo professor os programas das disciplinas;
- III - participar do Conselho Escolar, conforme previsão neste Regimento.

Art. 15. São deveres do aluno:

- I - acatar as normas regulamentares da Escola do Legislativo;
- II - cumprir a programação estabelecida e o calendário escolar;
- III - pontualidade e assiduidade.

TÍTULO II

DO REGIME DIDÁTICO

Capítulo I

Do Conteúdo Programático

Seção I

Dos Estudos Básicos

Art. 16. Os estudos básicos compõem-se de quatro disciplinas que representam o domínio de conhecimentos mínimos que todos os servidores da Assembléia Legislativa devem possuir:

- I - Poder Legislativo: aspectos históricos, sociopolíticos e jurídicos;
- II - estrutura e funcionamento da Assembléia Legislativa: uma visão institucional;
- III - regimento interno e dinâmico do processo legislativo;
- IV - servidor público, administração pública e sociedade.

Seção II

Estudos Temáticos

Art. 17. Os estudos temáticos compõem um quadro de formação aberta, que reúne estudos em cinco áreas de concentração, conjugando conhecimentos variados relacionados com as atividades do Legislativo:

I - Estudos Jurídicos e Legislativos (EJL): compreendem estudos jurídicos de modo geral, especialmente o processo legislativo, matérias legislativas de competência do Estado e Direito Constitucional, quando necessário Direito Administrativo e Tributário;

II - Estudos de Administração Pública (EAP): abrangem questões de teoria da administração, de planejamento e gestão públicos, e a situação das organizações e das instituições públicas no mundo contemporâneo;

III - Estudos Sociopolíticos (ESP): envolvem conceitos básicos no campo da política, a avaliação, dos pontos de vista sociológico e histórico, das relações entre a sociedade e o poder público, e a discussão orientada sobre problemas e questões das realidades paranaense e brasileira;

IV - Estudos Econômicos, Financeiros e Orçamentários (EFO): abrangem temas de economia e os relativos à competência do Poder Legislativo na área de controle e fiscalização financeira e orçamentária;

V - Estudos Lingüísticos (ELG): ocupam-se de todo o conhecimento na área de comunicação e expressão escrita.

Seção III

Estudos Complementares

Art. 18. Os estudos complementares abrangem matérias e conhecimentos técnico-administrativos úteis

ao trabalho legislativo não compreendidos nas áreas de concentração dos estudos temáticos e determinados pela necessidade de cada setor.

§ 1º Os estudos básicos e os estudos temáticos serão ministrados em níveis correspondentes aos graus de escolaridade dos servidores.

§ 2º Serão permanentes os cursos que correspondem aos estudos básicos e temáticos. A periodicidade dos cursos específicos obedecerá, prioritariamente, as demandas das unidades administrativas da Assembléia, estabelecidas pelo planejamento anual.

Seção IV

Dos Cursos Temporários

Art. 19. São temporários os cursos especiais destinados a atender demandas conjunturais da Assembléia ou do momento político e os de curta duração, como os de extensão ou atualização.

Parágrafo Único. Os cursos de que trata este artigo poderão ser organizados em forma de congressos, simpósios, seminários, ciclos de debates e fóruns.

Seção V

Dos Cursos dos Vereadores

Art. 20. Os cursos destinados aos Vereadores dos municípios do Paraná deverão atender ao maior número de legisladores municipais possível.

Parágrafo Único. Para preenchimento das vagas ofertadas, terão preferência os vereadores cujas Câmaras Municipais tenham a menor dotação orçamentária.

Capítulo II

Do Ingresso na Escola

Art. 21. As condições de matrícula ou inscrição nos cursos e programas oferecidos pela Escola do Legislativo serão definidas em edital aprovado pelo Conselho Escolar.

§ 1º Será livre a inscrição nos cursos previstos no artigo 16, exigindo-se a anuência do titular do órgão quando houver coincidência entre o horário de expediente do servidor e do curso oferecido.

§ 2º O edital poderá reservar vagas para atendimento à demanda de outras instituições públicas.

§ 3º O Diretor da Escola poderá autorizar a matrícula em disciplina isolada e a dispensa de disciplina já cursada, ouvida a Coordenação de Ensino.

Art. 22. Os cursos referentes aos Estudos Temáticos serão destinados prioritariamente aos servidores que exerçam funções a eles correspondentes.

§ 1º O Conselho Escolar poderá condicionar as matrículas nos cursos de que trata o *caput* à classificação em processo seletivo.

§ 2º Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, o edital poderá estabelecer critérios que favoreçam em até 20 (vinte) pontos percentuais os candidatos oriundos das áreas específicas a que o curso é destinado.

Capítulo III

Da Avaliação

Art. 23. Serão objetos de avaliação:

I - o rendimento do aluno nos cursos permanentes;

II - os cursos ministrados.

§ 1º A avaliação de que trata o inciso I medirá, preferencialmente, a percepção de relações e a compreensão de fatos e conceitos, e seus instrumentos serão escolhidos pelo professor de acordo com a natureza da disciplina e a metodologia adotada.

§ 2º A avaliação prevista no inciso II visará o aprimoramento dos currículos e das metodologias adotadas, buscando o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem, podendo valer-se inclusive de consulta ao corpo discente.

§ 3º A critério do Conselho Escolar, poderá haver avaliação do rendimento do aluno em cursos temporários.

Art. 24. As avaliações, que deverão ser contínuas, cumulativas e expressas em pontos, terão sua periodicidade e critérios fixados pelo Conselho Escolar.

Art. 25. O aluno poderá obter, em cada disciplina, até 100 (cem) pontos, cuja distribuição se regerá por normas do Conselho Escolar.

Capítulo IV

Da Aprovação e da Recuperação

Art. 26. Considerar-se-á aprovado o aluno que obtiver, no mínimo, 60 (sessenta) pontos e frequência igual ou superior a 70% (setenta por cento) em cada disciplina.

Parágrafo Único. A frequência será registrada pelo professor no diário de classe ou em folha de presença registrada pela Secretaria.

Art. 27. O aluno que não alcançar a aprovação poderá submeter-se a exames de recuperação, desde que seja frequente, nos termos do artigo anterior, e tenha obtido pelo menos 40 (quarenta) pontos na disciplina.

Art. 28. Considerar-se-á aprovado o aluno que alcançar, após os exames de recuperação, o mínimo de 60 (sessenta) pontos, resultantes da média aritmética das notas obtidas durante o curso e na prova de recuperação.

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29. A partir da disponibilização dos cursos relativos aos estudos básicos de que trata o artigo 17 deste Regimento Interno, os servidores em exercício da Assembléia Legislativa deverão providenciar a respectiva matrícula em conformidade e nos prazos previstos em ato normativo a ser expedido pelo Conselho Escolar.

Parágrafo Único. Os cursos referidos no *caput* farão parte de treinamento introdutório de novos servidores admitidos na Assembléia Legislativa, nas condições estabelecidas em ato normativo do Conselho Escolar.

Art. 30. Os Deputados poderão freqüentar livremente os cursos oferecidos.

Art. 31. A Escola do Legislativo poderá oferecer consultoria às Comissões Permanentes da Assembléia em casos de tramitação de projetos de relevante importância, por solicitação da Mesa Executiva.

Art. 32. A Escola do Legislativo poderá propor a celebração de convênio com instituição credenciada para ministrar cursos, no todo ou em parte, ou para efetuar pesquisas de interesse da Assembléia Legislativa, especialmente sobre os resultados da aplicação da legislação estadual.

Art. 33. Por decisão do Conselho Escolar, poderão ser oferecidos cursos em regime aberto, sujeitos à monitoria e à avaliação.

Art. 34. A Escola do Legislativo poderá organizar grupos de estudos e pesquisas de assuntos relativos aos Estudos Temáticos, de que trata o artigo 17 em nível de aperfeiçoamento, sob orientação de profissional devidamente habilitado.

§ 1º A participação nos grupos de estudos e pesquisa de que trata este artigo dará direito a certificados nos termos definidos pelo Conselho Escolar.

§ 2º O Conselho Escolar poderá propor à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa a publicação de revista ou boletim para divulgação dos resultados dos estudos e pesquisa de que trata o *caput* e de outros relacionados com os objetivos da Escola.

Art. 35. O Conselho Escolar poderá propor à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa a implantação de cursos de pós-graduação, cumpridas as exigências legais; e de cursos que propiciem a continuidade de estudos nos demais níveis de escolaridade.

Art. 36. A Escola do Legislativo é vinculada à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa.

Art. 37. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Escolar.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 478/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Esta lei restabelece a carreira de Comissário de Polícia, do Quadro de Pessoal Civil, e torna sem efeito os dispositivos e expressões na Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com suas posteriores alterações, que impõe a extinção da referida carreira.

Art. 2º O artigo 299 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com suas posteriores alterações passa a vigorar com nova redação, acrescido de 11(onze) parágrafos.

“Art. 299. O provimento de cargo na carreira de Comissário de Polícia é privativo de bacharéis em Direito.

§ 1º São atribuições do Comissário de Polícia, aquelas dispostas ao artigo 6º da Lei Complementar nº 96, de 26 de setembro de 2002, facultando o exercício das atividades de Gestor nas Delegacias de Polícia e Municípios não sedes de Comarca, que não disponham de Delegados de Polícia de Carreira.

§ 2º A carreira de Comissário de Polícia passa a ser composta por 05 (cinco) classes, iniciando na 5ª Classe e terminando na 1ª Classe.

§ 3º A remuneração dos cargos da carreira de Comissário de Polícia, constitui-se de Vencimento-Base, Gratificação de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE) no percentual de 120% (cento e vinte por cento), Adicionais por Tempo de Serviço e outras vantagens pecuniária estabelecidas em lei.

§ 4º O vencimento base para a 5ª Classe do cargo da carreira de Comissário de Polícia, fica fixado em R\$ 1.369,48 (hum mil trezentos e sessenta e nove reais e quarenta e oito centavos), observada a diferença de remuneração de 5% (cinco por cento) entre e outra, a partir da classe inicial.

§ 5º Os ocupantes de cargo na 1ª classe das carreiras de Investigador de Polícia e Escrivão de Polícia, nomeados ou admitidos em data anterior a 05 de outubro de 1988, poderão requerer o enquadramento na classe inicial da carreira de Comissário de Polícia, desde que comprovem a conclusão do curso de Direito, através de diploma devidamente registrado.

§ 6º O enquadramento de que trata o parágrafo anterior, terá vigência a partir do mês em que o servidor, beneficiário desta lei, protocolar o requerimento, juntando o respectivo diploma.

§ 7º Os atuais ocupantes da carreira de Comissário de Polícia, classe única, passam a integrar a 4ª classe da respectiva carreira.

§ 8º O servidor ativo enquadrado na forma do Parágrafo 5º, deverá submeter-se ao Curso de Formação Técnico-Profissional específico, a ser ministrado pela Escola Superior de Polícia Civil, para aprimoramento do desempenho das atribuições do cargo e para habitação às futuras promoções.

§ 9º Fica estabelecido que das vagas oferecidas nos concursos públicos à carreira de Investigador de Polícia, 10% (dez por cento) deste total serão destinadas, obrigatoriamente, às classes iniciais da carreira de Comissário de Polícia, a serem supridas através de concursos públicos.

§ 10. Os aumentos e vantagens concedidos a qualquer título às carreiras do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, inclusive os atribuídos durante a tramitação desta norma, incidirão em igual percentual, sobre os valores fixados no parágrafo 4º.

§ 11. Não depende de lei complementar a revisão dos vencimentos fixados no parágrafo 4º.

Art. 3º Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei complementar originou-se da necessidade da instituição Policial Civil à nova cultura profissional que vem sendo implantada no setor público pelo Governador Roberto Requião, com ênfase à qualificação e à valorização dos servidores que desempenham atividade na Administração Pública. A respeito desse tema pronunciou-se no dia 23.02.2005, durante a Cerimônia de Entrega do prêmio Nacional da Gestão Pública, no Palácio do Planalto, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, defendendo o aumento de salário para valorizar o funcionário público qualificado.

“A função importante no Governo tem de ser salário condizente com a função, porque se não for assim, a máquina pública perderá todos os formandos para a iniciativa privada,” declarou.

Muito embora o nosso Presidente da República, tenha sido feliz na sua assertiva, o nosso Governador saiu na frente em relação às políticas de valorização dos servidores públicos, quando sancionou no dia 22.12.2004, a Lei nº 14.590, que propiciou o enquadramento funcional de servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE) e do IAPAR, que se formaram e estavam exercendo funções correlatas à carreira profissional. O enquadramento nas referenciais iniciais ou imediatamente superiores ao valor das atuais referenciais, beneficiaram os servidores admitidos ou nomeados em data anterior a 05 de outubro de 1988.

Seguindo esta linha de pensamento e tendo como meta a melhoria da qualidade dos serviços de segurança

pública e sabedor da premência em moralizar a Polícia Civil, importante Instituição de nosso Estado, hoje um tanto desacreditada perante a opinião pública, de ouvir as justas reivindicações de integrantes da corporação e estudar a respeito da matéria é que me propus a realizar o projeto de lei em questão, priorizando o restabelecimento da carreira de Comissário de Polícia, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, que foi posta em extinção pela Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982.

Quero, antes de tudo, frisar que a extinção dessa carreira, representou um verdadeiro retrocesso em termos profissionais à Instituição, que ficou sem uma carreira de nível intermediário, para servir de liame entre a chefia e os subalternos. Na Polícia Civil, atualmente, só existem a base e a cúpula, diferentemente da Polícia Militar que tem seus praças, seus oficiais intermediários e seus oficiais superiores. A extinção da carreira de Comissário de polícia foi um duro golpe praticado contra os servidores das carreiras de Investigador de Polícia e Escrivão de Polícia, estudantes do curso de Direito e que intencionavam ingressar na carreira para a qual se exigia, à época, o 3º ano do curso de Direito.

Hoje, policiais dessas duas carreiras, chegaram à 1ª Classe e não têm mais para onde ir, apesar de formados. Os concursos públicos para Delegado de Polícia foram escassos nesses últimos anos e quando realizados foram poucas vagas oferecidas. Pesquisando a respeito constatei que a maioria dos ocupantes das carreiras de Investigador de Polícia e Escrivão de Polícia que já alcançaram a classe final, permanecem estagnados na carreira, quando ainda têm pela frente 20 anos ou mais até a aposentadoria, vez que pela norma introduzida pela Emenda Constitucional nº 41/2004, o servidor só aposentará aos 60 (sessenta) anos de idade e com idade 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, dentre outras exigências.

A carreira de Comissário de Polícia, ainda não foi totalmente extinta, uma vez que existem dois servidores de carreira graduados em direito, razão pela qual pugnamos pelo “restabelecimento” da mesma, formando-se privativa de bacharéis em Direito. Por outro lado, também defendemos o enquadramento dos servidores ocupantes da 1ª Classe das carreiras de Investigador e Escrivão de Polícia, graduados em Direito, nomeados em data anterior a 05 de outubro de 1988, na classe inicial da carreira em comento, com base na Lei Estadual nº 14.590, aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada uma análise mais acurada deste projeto, veremos que a Administração Pública será amplamente beneficiada com o enquadramento desses servidores na carreira de Comissário de Polícia como constataremos com as explanações a seguir.

Primeiramente porque esses servidores, por serem conhecedores da lei e do Direito supririam satisfatoriamente a função de Gestor (atividade criada pela atual gestão, através do Decreto nº 1557, de 09 de julho de 2003), nos municípios não sede de Comarcas que não disponham de Delegados de Polícia de Carreira. Hodiernamente, vemos que dos 399 municípios paranaenses, a grande mai-

oria ainda permanece sem Delegados ou Gestores, o que tem trazido um certo desgaste político à Administração pelo desprestigiamento desses municípios.

Em segundo lugar, porque se para cada Delegado de Polícia de carreira contratado, o Estado desembolsa a quantia de R\$ 6.061,00, um Comissário de Polícia sairia por R\$ 3.012,85, que representa menos da metade do valor a ser dispendido com aquele profissional. O valor da remuneração proposto para a classe inicial da carreira de Comissário de Polícia é de R\$ 1.369,48, acrescido da Gratificação pelo tempo integral e Dedicação Exclusiva no percentual de 120%, gratificação que já é paga aos servidores de base da Polícia Civil, inclusive aos próprios Comissários.

Por esta matemática simples, veremos que se fossem contratados 100 Delegados de carreira, o Estado arcaria com o custo de R\$ 606.100,00 se fossem contratados o mesmo número de Comissários de Polícia, para realizar a tarefa Gestor no interior do Estado, seriam gastos a importância de R\$ 301.208,00. Se levarmos em conta que os Investigadores e Escrivães que seriam enquadrados na carreira de Comissário de Polícia, já percebem remuneração em torno de R\$ 1.750,00, seriam deduzidos ainda deste valor a importância de R\$ 175.000,00, ou seja, seriam gastos com a contratação de 100 Comissários de Polícia a quantia de R\$ 126.285,00, portanto, R\$ 479.815, a menos do que se gastaria para contratar o mesmo número de Delegados. Se a carreira de Comissário de Polícia for restabelecida, como é o propósito deste projeto de lei e a Lei Estadual nº 14.590, for colocada em prática, estima-se que de 50 a 100 servidores das carreiras de Investigador de Polícia e Escrivão de Polícia, de 1ª classe, seriam beneficiados com o enquadramento e o valor dispendido pelo Estado poderia até cair pela metade deste valor.

Este projeto de lei, vem suprir às Delegacias dos municípios que não possuem Delegado de Polícia, e também irá substituir os Sargentos que estão nas Delegacias, ocupando o cargo de Delegado, os quais não possuem nenhuma formação em Bacharel em Direito Penal.

PROJETO DE LEI Nº 479/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Sericultores de Altônia e Região, com sede e foro na cidade de Altônia, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres Srs. Parlamentares, tenho a honra de apresentar a Associação dos Sericultores de Altônia e Região - ASSERAR, entidade sem fins lucrativos, que muito

vem contribuindo com o desenvolvimento do Município de Altônia, incentivando e organizando ações do voluntariado e assim, buscando o desenvolvimento da sociedade.

As principais ações da ASSERAR têm como intuito contribuir para o desenvolvimento da sericultura do Município de Altônia.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 480/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o dia 1º de setembro como sendo o “Dia do Profissional de Educação Física” no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O 1º de setembro é dedicado nacionalmente ao Dia do Profissional de Educação Física e, a exemplo de Estados como Rio de Janeiro, Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, o presente projeto tem por objetivo instituir também no Estado do Paraná, o dia dedicado aos profissionais que contribuem para o bem-estar físico e mental do ser humano.

Portanto, contamos com o apoio dos demais Pares desta Casa de Leis para a aprovação deste meritório projeto.

PROJETO DE LEI Nº 481/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o dia 15 de agosto, como o Dia da Luta contra a Venda da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, a ser comemorado anualmente, constando, portanto, no calendário de eventos do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É indeclinável dever, honrar aqueles que por seus méritos fazem jus à admiração e a gratidão de seus semelhantes. Quanto mais, quando se trata de alguém que, por seus esforços, tudo fez pela sociedade.

E para que não fôssemos tachados de ingratos ou esquecidos, aqui estamos para prestarmos homenagens à todos aqueles que tanto trabalharam contra a venda da COPEL.

Homens como aqueles, são marcas fincadas à beira da estrada da vida e que desafiaram as intempéries e os preconceitos. Honrá-los é ato de reconhecimento e imita-los é nosso dever.

Orgulha-se, portanto, esta Casa, em legar aos pósteros aquele exemplo de virtude, para que lhes sirva de modelo e estímulo.

Cristo é o modelo que nos há de servir de guia. Como Deus é Onisciente nos seus conselhos, como homem é exemplo seguro a nos mostrar o caminho que devemos seguir.

O Fórum Popular Contra a Venda da COPEL, movimento cívico, paranista, patriótico, pluralista, suprapartidário, multidisciplinar e democrático, naquela ocasião, conclamou a sociedade paranaense a lutar contra a entrega da maior e mais rentável empresa pública do Estado e foi prontamente atendido.

Entidades da sociedade civil, ligadas ao setor produtivo, também se manifestaram na defesa do patrimônio público. Entre elas, o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná. O Conselho Estadual de Economia e Contabilidade, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná, a Federação do Comércio do Estado do Paraná, a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, as igrejas Católica e Evangélicas, Centrais Sindicais de caráter nacional, além de diversos outros segmentos sociais organizados.

Em 27 de dezembro do ano 2.000, a COPEL criou mais cinco subsidiárias, cada uma respondendo por um setor estratégico da empresa: geração, transmissão, distribuição, telecomunicações e sistemas de informações, todas subordinadas a holding COPEL, que assim poderia ser mais facilmente vendida, era a grande obsessão do governo anterior à vender a qualquer preço a empresa para equilibrar o seu caixa, que vinha sofrendo as consequências de uma administração perdulária e imprevidente.

A COPEL é um patrimônio público que pertence ao povo paranaense e este não permitiu a sua entrega a um grupo privado nacional ou estrangeiro.

A COPEL representa hoje, aproximadamente 20% de toda a demanda de pico no Brasil, com mais de 6.000 MW de capacidade de geração. E 95% de sua energia é hidráulica, permanente, renovável e verde e amarela.

Vender um ativo público desta magnitude, inteiramente da nossa gente, sem acrescentar um único quilowatt e sem gerar um emprego.

Nada justificava a dilapidação do patrimônio público do Paraná. E contra isso as forças vivas da sociedade reagiram e se mobilizaram, sob a bandeira do Fórum Popular contra a Venda da COPEL. Em decorrência, o Fórum Popular elaborou naquela ocasião, um projeto de lei de iniciativa popular subscrito por mais de 100 mil eleitores paranaenses, que queriam ver revogada a Lei nº 12.355 de 08 de dezembro de 1998, que autorizou

a venda da COPEL, em regime de urgência e sem consulta ao povo do Paraná.

O Fórum Popular, rejeitou as informações capciosas do Executivo de que a COPEL perderia a competitividade a partir de 2004, quando se concluiria o seu projeto de lesa pátria, vendendo o setor elétrico brasileiro como sucata a poderosos grupos financeiros internacionais.

Mesmo isso, já tinha sido revertido, com o próprio Governo Federal revendo a estratégia e interrompendo o processo de privatização do setor elétrico, constatando que ele não representaria a modernização do sistema, a ampliação dos serviços e o melhor atendimento aos usuários. Não havia garantia nenhuma de que as empresas privatizadas teriam fôlego, reservas de capital, créditos internacionais e disposição para investir na geração de energia.

A privatização da COPEL, seria um retorno à década de 1950, quando a Companhia Força e Luz (subsidiária da Bond and Share) não atendia o clamor público, alegando os seus diretores que não tinham autonomia para expandir os serviços. E as empresas de capitais americanos e canadenses, que tinham interesse em dezenas de países, incluindo os sistemas elétricos do Rio de Janeiro e São Paulo, jamais se preocuparam com a angústia dos paranaenses.

O Fórum Popular continuou mobilizando a sociedade paranaense em defesa da melhor, mais rentável e mais eficiente empresa pública do Estado, que hoje está presente em obras de engenharia e construção de barragens do Brasil.

O Paraná dispõe de um grande potencial hídrico e mantém em suas barragens um volume extraordinário de água. E tem amplo domínio sobre a tecnologia de construções, manutenção e operações do sistema, sendo grande geração de mão-de-obra especializada e de engenheiros e técnicos de primeiro nível, que tem repassado ao longo de sua existência, ao parque industrial paranaense.

Com a venda da COPEL, aquele Governo do Estado pretendia também entregar os rios, que são bens públicos intangíveis e nenhum governo tem o direito de alinéá-los, a qualquer título. Os rios pertencem à História, desde o antigo Egito quando o Rio Nilo foi berço da civilização, até os nossos Rios Iguaçu, Paraná, Ivaí, Piquiri e outros.

Incentivos fiscais e serviços de terraplanagem para atrair investimentos são de água e energia elétrica em abundância, os fatores mais valorizados quando se cogita de novas plantas industriais. E governo nenhum tem o direito de abrir mão destas vantagens, sob pena de cometer um crime contra a posterioridade.

Por isso, naquela ocasião, o Fórum Popular recebeu apoio na conclamação que fez aos paranaenses a se unirem a uma só voz, em defesa da COPEL, por tudo que ela já fez e poderá fazer pelo desenvolvimento do nosso Estado. A COPEL é o relicário do Estado do Paraná.

Durante aquela memorável Sessão de 14 para 15 de agosto, este modesto Deputado, efetuou o seguinte pronunciamento:

Senhor Presidente, senhores Deputados, coube a mim, finalmente, nesta Sessão com quase 20 horas de duração, sair do meu lugar, na 2ª Secretaria onde eu estive ao lado de V. Exa. Senhor presidente, do Sr. Valdir Rossoni, representando os 14 Deputados da Oposição, para sentar-me ao lado de Vs. Exas.

Tive a dignidade de votar contra a decisão da Mesa, quando o meu voto foi vencido, para que a Polícia entrasse no recinto desta Casa. E não poderia ser diferente o meu posicionamento. Jamais, poderia compactuar com a Polícia entrando para intimidar, não só os Deputados, mas as galerias.

Tive a honra, companheiros da Assembléia como Presidente desta Casa, em 85 e 86 não aceitar que a Polícia aqui entrasse para retirar os professores.

Aconselhei-me naquela época com meu pai, falecido Antonio Anibelli, que pelos desígnios da natureza, hoje faz quatro anos que faleceu. E eu não poderia deixar de prestar homenagem ao meu pai, que foi Governador deste Estado, Deputado Cézar Silvestre, quando V.Exa. recordava a trajetória de seu pai, de vida digna, exercendo o mandato de Deputado Federal, Estadual e Prefeito de Guarapuava; o meu de Clevelândia, Deputado Estadual por doze anos, tendo assumido a Presidência da Assembléia Legislativa por duas vezes em substituição a Bento Munhoz da Rocha Neto, quando Bento renunciou ao Governo para ser candidato à Vice-Presidência da República e depois acabou sendo Ministro da Agricultura.

Meu pai me aconselhou e o velho Aníbal Khury, 1º Secretário desta Casa que eu não deveria abrir as portas desta Casa, para que a polícia viesse retirar os professores. Hoje, com o meu voto, como 2º Secretário vencido, mas homenageando aqueles dois ex-Presidentes meu pai e meu padrinho, Aníbal Khury, eu mantive a mesma posição da escola que freqüentei que o Deputado Sérgio Spada não deve ter freqüentado em Foz do Iguaçu, onde meu pai também foi Promotor de Justiça Federal e lá eu também morei. O Prefeito Dobrandino aqui estava e eu falava com ele da gente de Foz do Iguaçu. “Dobrandino, Sâmis, Chico Noroeste, aquela gente deve estar envergonhada do fujão, do apagão, Sérgio Spada”. Nós não podemos ficar aqui 20 horas esperando um Deputado que veio a informação que foi seqüestrado, e eu não sei se foi seqüestro da Polícia que estava aqui dentro, dos ladrões que a Polícia não pega, ou o seqüestro do Governador Jaime Lerner.

Mas, quero também dizer aos Deputados do Sudoeste que também sou filho do Sudoeste, criado em Clevelândia. Meu pai criou o Município de Dois Vizinhos, de Beltrão, de Santo Antonio, de Capanema e de Barracão. E lá, Deputados do Sudoeste, honram a palavra que não fariam, como meu pai nunca fez, como os Deputados do sudoeste nunca fazem, como o Deputado Litro não fez,

cumprindo a sua palavra de ter de votar contra a privatização da COPEL.

É a história que nos ensina a ter dignidade, Deputado Pugliesi, Deputado Cezar Silvestri. Fui Deputado Federal, ao lado de Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, enfrentamos a Polícia e o Exército da ditadura militar, de tantas vítimas.

Conseguimos que Ulysses Guimarães fosse recebido, como anti-candidato, na Bahia, mas aquele Governador não recebeu Ulysses com os cães na praça, hoje para não ser cassado, por fraudar um painel eletrônico, teve que renunciar, passar vergonha e pedir desculpas a esse incompetente Presidente, Fernando Henrique.

A história se constrói, com atos e não com covardia, Deputado Spada. A história se constrói com dignidade. Enfrentando desde a primeira hora, correndo o Paraná. Pegando assinaturas, estar na Mesa, ao lado de nossos companheiros de Oposição representando-os com dignidade, não vendendo o nosso voto e não trocando por interesses pessoais. Votando com a população paranaense, com mais de 130.000 assinaturas. Teve gente que foi à praça quando o Deputado Hermas Brandão, Presidente desta Casa, recebeu o projeto de iniciativa popular que foi lá dizer que votaria com o povo e hoje se escondeu, não sei aonde. Talvez embaixo da saia da sua mãe, se tiver, e talvez a mãe tenha ficado envergonhada.

Como V. Exa. Deputado Tiago Amorim, que perdeu a mãe há uma semana atrás, mas talvez pela força de consciência e do amor que sua mãe lhe deu você possa votar com o povo paranaense. Por isso, minha gente orgulho-me e não poderia deixar de aqui estar e falar a vocês e escrever o meu nome na história de 27 anos de mandato que tenho e nunca ter participado de uma Sessão tão importante para o meu Estado.

Talvez hoje, nós que perdemos, que tivemos a Revolução, que viramos a Ditadura, que enfrentamos Antonio Carlos Magalhães, que votamos no General Monteiro, que enfrentamos com Ulysses, o anti-candidato, que depusemos o Collor, que fizemos as “diretas já”, com a população nas ruas, nós não nos submetemos à incompetência do Governador Jaime Lerner para ficarem inscritos nos Anais desta Casa, para que nossos filhos, o meu neto, a minha família, o meu pai em sua homenagem, nos 4 anos no dia 15, como Governador do Estado, com 24 anos Deputado, ele se orgulha pelo filho que tem que não se vende, não se troca, a esses incompetentes de plantão do Palácio Iguaçu.

Muito Obrigado.

Votaram contra a venda da Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL, os seguintes Deputados: Ademir Bier, Ângelo Vanhoni, Algaci Tulio, Antonio Martins Anibelli, Augustinho Zucchi, Caito Quintana, Cezar Silvestre, Chico Noroeste, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Luciana Rafagnin, Marcos Isfer, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Renato Gaúcho, Serafina Correia,

Sergio Spada, Tiago Amorim, Tony Garcia, Waldyr Pugliesi.

Para ficar gravado nos Anais da Assembléia Legislativa, para a posteridade, transcrevemos totalmente o Projeto de Lei nº 248/2001 de 11 de junho de 2001, do Fórum Popular (coisa inédita nesta Casa).

“PROJETO DE LEI Nº 248/2011

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a implementar a reestruturação societária da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, alienar, dar em caução ou oferecer em garantia ações do Estado no capital daquela Companhia, bem como contratar operações de crédito, financiamentos ou outras operações por si ou pela Paraná Investimento S/A e adota outras providências.

Art. 2º - O Estado do Paraná deterá sempre, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e das demais empresas a ela vinculadas.

Parágrafo Único - A reserva de que trata este artigo não poderá ser dada em caução ou garantia de qualquer espécie.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Curitiba, 11 de junho de 2001.

(a) FÓRUM POPULAR CONTRA A
VENDA DA COPEL

JUSTIFICATIVA:

O Fórum Popular Contra a Venda da COPEL, movimento cívico, paranista, patriótico, pluralista, suprapartidário, multidisciplinar e democrático, naquela ocasião, conclamou a sociedade paranaense a lutar contra a entrega da maior e mais rentável empresa pública do Estado e foi prontamente atendido.

Entidades da sociedade civil, ligadas ao setor produtivo, também se manifestaram na defesa do patrimônio público. Entre elas, o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná. O Conselho Estadual de Economia e Contabilidade, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná, a Federação do Comércio do Estado do Paraná, a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, as igrejas Católica e Evangélicas, Centrais Sindicais de caráter nacional, além de diversos outros segmentos sociais organizados.

É inadmissível que o Governo do Estado, sem ter preocupação do povo paranaense, venda a melhor empresa do setor elétrico brasileiro, sem nos esquecermos de sua característica de empreendedora, podendo gerar outras subsidiárias de interesse do Estado do Paraná.

Mesmo assim, o governador Jaime Lerner assinou decreto no dia 4 de maio de 1999, criando o Conselho de

Desestatização, encarregado de preparar a privatização da companhia, que no ano interior registrou um lucro de R\$430 milhões. Entre as atribuições deste órgão constam a elaboração do cronograma de desestatização da Copel e a fixação do preço de venda de suas ações.

É inadmissível que o Governo do Estado, sem ter preocupação do povo paranaense, venda a melhor empresa do setor elétrico brasileiro, sem nos esquecermos de sua característica de empreendedora, podendo gerar outras subsidiárias de interesse do Estado do Paraná.

Mesmo assim, o governador Jaime Lerner assinou decreto no dia 4 de maio de 1999, criando o Conselho de Desestatização, encarregado de preparar a privatização da companhia, que no ano interior registrou um lucro de R\$430 milhões. Entre as atribuições deste órgão constam a elaboração do cronograma de desestatização da Copel e a fixação do preço de venda de suas ações.

Em 27 de dezembro do ano passado, a COPEL criou mais cinco subsidiárias, cada uma respondendo por um setor estratégico da empresa: geração, transmissão, distribuição, telecomunicações e sistemas de informações, todas subordinadas a holding COPEL, que assim poderia ser mais facilmente vendida, era a grande obsessão do Governo anterior à vender a qualquer preço a empresa para equilibrar o seu caixa, que vem sofrendo as consequências de uma administração perdulária e imprevidente. Na campanha eleitoral de 1994, Jaime Lerner prometeu que não privatizaria o BANESTADO nem a COPEL e todos sabem que as suas promessas não têm nenhum valor. A COPEL é um patrimônio público que pertence ao povo paranaense e este não permitiu a sua entrega a um grupo privado nacional ou estrangeiro.

A COPEL representa aproximadamente 10% de toda a demanda de pico no Brasil, com 4.525 MW de capacidade de geração máxima. E 95% de sua energia é hidráulica, permanente, renovável e verde e amarela.

Vender um ativo público desta magnitude, inteiramente pago pela nossa gente, sem acrescentar um único quilowatt e sem gerar um emprego (ao contrário, gerando postos de trabalho sabe-se lá onde) seria uma verdadeira insanidade,

Nada justifica a dilapidação do patrimônio público do Paraná. E contra isso as forças vivas da sociedade estão reagindo e se mobilizando, sob a bandeira do Fórum Popular contra a Venda da COPEL.

Em decorrência, o Fórum Popular elaborou o presente projeto de lei de iniciativa popular, hoje subscrito por mais de 100 mil eleitores paranaenses, que querem ver revogada a Lei nº 12.355 de 08 de dezembro de 1998, que autorizou a venda de ações da COPEL, em regime de urgência e sem consulta ao povo do Paraná.

O Fórum Popular, rejeita as informações capciosas do Executivo de que a COPEL perderá a competitividade a partir de 2004, quando se concluir o seu projeto de lesa pátria, vendendo o setor elétrico brasileiro como sucata a poderosos grupos financeiros internacionais.

Mesmo isso, já reverteu, com o próprio Governo Federal revendo a estratégia e interrompendo o processo de privatização do setor elétrico, constatando que ele não representará a modernização do sistema, a ampliação dos serviços e o melhor atendimento aos usuários. Não há garantia nenhuma de que as empresas privatizadas terão fôlego, reservas de capital, créditos internacionais e disposição para investir na geração de energia.

A privatização da COPEL, seria um retorno à década de 1950, quando a Companhia Força e Luz (subsidiária da Bond and Share) não atendia o clamor público, alegando os seus diretores que não tinham autonomia para expandir os serviços. E as empresas de capitais americanos e canadenses, que tinham interesse em dezenas de países, incluindo os sistemas elétricos do Rio de Janeiro e São Paulo, jamais se preocuparam com a angústia dos paranaenses.

O Fórum Popular continuará a mobilizar a sociedade paranaense em defesa da melhor, mais rentável e mais eficiente empresa pública do Estado, que hoje está presente em obras de engenharia e construção de barragens do Brasil, China, Argentina, Colômbia, Malásia, Paraguai e Chile.

O Paraná dispõe de um grande potencial hídrico, bem superior à capacidade de Itaipu, e mantém em suas barragens um volume extraordinário de água, o petróleo do século XXI.

E tem amplo domínio sobre a tecnologia de construções, manutenção e operações do sistema, sendo grande formadora de mão-de-obra especializada e de engenheiros e técnicos de primeiro nível, que tem repassado ao longo de sua existência, ao parque industrial paranaense.

Com a venda da COPEL, aquele Governo do Estado pretende também entregar os rios, que são bens públicos intangíveis e nenhum governo tem o direito de alinéá-los, a qualquer título. Os rios pertencem à História, desde o antigo Egito quando o Rio Nilo foi berço da civilização, até os nossos Rios Iguaçu, Paraná, Ivaí, Piquiri e outros.

Incentivos fiscais e serviços de terraplanagem para atrair investimentos são de água e energia elétrica em abundância, os fatores mais valorizados quando se cogita de novas plantas industriais. E governo nenhum tem o direito de abrir mão destas vantagens, sob pena de cometer um crime contra a posterioridade.

Por isso, o Fórum Popular recebeu apoio na conclamação que fez aos paranaenses a se unirem a uma só voz, em defesa da COPEL, por tudo que ela já fez e poderá fazer pelo desenvolvimento do nosso Estado.

Esta a razão que pretendemos instituir com este projeto de lei o dia 15 de agosto como o “Dia da Luta contra a venda da Companhia Paranaense de Energia – COPEL”, a ser comemorado anualmente, constando por tanto, no calendário de eventos do Paraná, e, fique gravado para a posteridade.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade, para requerer à . Exa. determinar para que fique gravado nos Anais o pronunciamento dos seguintes Deputados, conforme documento em anexo:

Deputados Neivo Beraldin, Algacé Túlio, Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Waldyr Pugliesi, Luiz Carlos Zuk, Caíto Quintana, Hermes Fonseca, Serafina Carrilho, Augustinho Zucchi, Tiago Amorim, César Silvestre, Irineu Colombo, Edson Strapasson, Nereu Moura, Marcos Isfer, Eli Ghellere, Ademir Bier, Sérgio Spada, Ângelo Vanhoni, Luciana Rafagnin e Tony Garcia.

ANTONIO MARTINS ANIBELLI
Deputado Estadual

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“O Presidente do Partido Socialista Brasileiro o ex-Governador Miguel Arraes de Alencar, 88 anos, morreu na manhã de sábado, no Hospital Esperança.

Talvez seja mera coincidência o nome do hospital onde Miguel Arraes deu seus últimos sopros de vida ser esperança.

Entretanto, a biografia impecável de Miguel Arraes desde o nascimento, filho de uma família de pequenos agricultores no interior do Ceará em 1916 até o dia 13 de agosto de 2005, nos faz sentir num momento de crise, de ambiente político conturbado como o que estamos passando, pessoas como ele farão falta na construção da saída para a crise que vivemos.

Os valores morais e éticos que impregnaram sua vida nortearam seus passos, e nos conduzem, a única solução para a política brasileira pois nos fazem entender que o importante na política é a convicção de ideais e a busca incessante pelo cumprimento do que acreditamos.

O vazio e a perda do companheiro e Presidente do nosso Partido une todos os companheiros do PSB do Estado do Paraná na dor e as palavras do companheiro Eduardo Campos, pois “nós perdemos um amigo, um companheiro. Nós perdemos uma estaca segura num balizamento. A história dele é tão rica, tão fraterna e tão digna que ela vai ficar conosco, porque pessoas como o Dr. Arraes não morrem. Elas conseguem superar o seu tempo, como os poetas conseguem, mesmo depois que desaparecem, consolar, emocionar e entusiasmar com suas poesias”.

Sua presença sempre foi referencial para a ética entre os homens públicos. Que neste momento possamos

refletir por instantes no valor que tem para a vida pública nacional, hoje expressa pela dor de todo o País. Que o legado dele possa auxiliar a restabelecer valores importantes para a manutenção da democracia e da cidadania.

Os nove meses de prisão em Fernando de Noronha, a perda dos direitos políticos e o exílio o fizeram um réu sem crimes. A obstinação e o afincado desse representante do socialismo brasileiro são exemplo para história política pernambucana e brasileira.

Que o seu exemplo de jamais sucumbir às tentações e ao comodismo, do poder, em detrimento da ideologia, tão bem demonstrada na não aceitação da renúncia, que queriam lhe impor os militares em 1º de março de 64, possa ser copiado por todos nós homens públicos de hoje e de amanhã. Prefiro ir pra cadeia a trair o povo.”

Que esse seu exemplo de jamais trair o povo e a esperança que depositou, seja copiado pelos homens públicos de hoje e de amanhã.

Com essa afirmação de preferir ir para cadeia a trair o povo, ele negou-se a renunciar o cargo de Governador e a pagar com a traição a confiança que o povo depositou nele. Que esse seu gesto de não sucumbir às atrações e aos comodismos do poder, continue sendo copiado pelos homens públicos de hoje e de amanhã.

Socializamos esse seu legado a todos, porque ele ensinou a nós, companheiros de Partido, que mais importante que cultivar a democracia do que brandar a justiça social é construí-la no dia-a-dia, em todas as ações dos homens e mulheres públicos. Só assim haverá realização política e a verdadeira defesa daqueles que têm sede de justiça. Nosso destino e a nossa atividade é travar essa luta. Essa é a nossa obrigação ética como cidadão e como políticos.

A saudação deste Deputado Estadual em nome dos milhares de companheiros do PSB, em nome dos milhares de companheiros e, também, amigos da ideologia e da maneira de fazer política do Dr. Miguel Arraes, nós deixamos essas notas para posteridade e o seu exemplo que, com certeza, será seguido por aqueles que querem um Brasil cada vez mais digno e cada vez mais próspero, mas jamais abdicando da ideologia e do objetivo que norteia durante a campanha e, também, durante a administração. Quando oportunidade ele teve de ser governo, ele não abdicou da sua postura como homem público!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Rafael Greca.

Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na semana que passou, o Deputado Leite veio a esta tribuna e falou qualquer coisa sobre este Deputado ter subtraído um altar de Paranaguá. Como as pessoas

não podem dizer qualquer coisa, eu peço que os Deputados que já receberam o meu livro sobre o Papa João Paulo II, abram o livro na página 40. É uma pena que o Deputado Leite não esteja no plenário. Se estiver no Gabinete, Leite, você está me ouvindo? Eu estou lhe chamando para o plenário!

O que eu quero dizer é que o altar que dizem (essas comadres mal informadas da história) que eu tirei de Paranaguá, é pertencente ao acervo do Museu Paranaense e é um dos altares retábulo da Matriz de Curitiba. Esteve exposto na Igreja da Ordem, na Rua XV, em Paranaguá, por um tempo, entre os anos 80 e 1993, quando eu o resgatei para reincorporá-lo ao acervo do Museu Paranaense e do Memorial de Curitiba. O altar verdadeiro da Igreja da Ordem de Paranaguá queimou quando a igreja pegou fogo.

Agora, tentam fazer uma confusão entre um altar de Curitiba e o altar da Igreja da Ordem de Paranaguá para tentar diminuir a minha presença junto à população de Paranaguá. Tanto o altar é de Curitiba, que o seu par serviu de mesa para celebração eucarística do Papa João Paulo II, quando da sua visita ao Paraná. Eu mesmo o coloquei, aqui, na frente do Centro Cívico, quando montei o altar monumento, e os dois retábulos, altares, da Matriz de Curitiba, estão na Capela dos dois fundadores do Paraná, que fiz construir no Memorial de Curitiba, no seu primeiro andar.

Para que não se diga qualquer coisa, estou entregando aos Deputados o meu livro sobre o Papa e peço que se reportem às fotografias do Memorial de Curitiba, para contemplarem os dois belos altares da Matriz de Curitiba, que em 1780, o capitão-mor, Governador, em nome do rei, Afonso Botelho e Sampaio e Souza trouxe para Curitiba, para ali serem colocados. Eles ficaram na Matriz de Curitiba até a sua demolição, em 1875, depois foram parar no Matadouro Municipal. Por nós foram resgatados, por mim e pelo professor Júlio Moreira e, depois, um deles foi temporariamente exposto em Paranaguá, mas eu o trouxe de volta para colocá-lo onde ele sempre deveria ter ficado, que era em memória de Curitiba.

Lamento a ausência do Deputado Leite. Quero dizer que nem todas as ignorâncias do mundo são misérias, mas todas as misérias do mundo são ignorâncias e é ignorância querer confundir o altar da Matriz de Curitiba, com o antigo altar que queimou da Igreja da Ordem de Paranaguá.

Se quiserem resgatar peças do patrimônio de Paranaguá, os parnanguaras têm muito serviço, porque muito se perdeu, muito se jogou fora e muito se desprezou, e eu serei parceiro em todos esses resgates.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Hermes Fonseca.

Deputado Hermes Fonseca (PT)

O SR. HERMES FONSECA

(Lê):

“Sras. e Srs. Deputados.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um pronunciamento na última sexta-feira, no qual pediu desculpas à Nação. Foi uma atitude humilde do principal mandatário do País. Gesto de um homem do povo que também se indignou com as peripécias de alguns dirigentes do PT. O Presidente da República se disse traído por ex-companheiros de luta, mas é bom frisarmos que paralelamente há o interesse de setores conservadores em nocautear o símbolo maior do Partido dos Trabalhadores - o próprio Presidente Lula.

É inegável que o País vem sofrendo uma grave crise política, pois nada se fala ou se faz sem antes levar em consideração o que se passa em Brasília. Os brasileiros estão reféns dessa conjuntura e precisam se libertar urgentemente. A roda da vida precisa continuar girando. Não pode um réu confesso ou delinqüente, como disse o professor Dalmo Dallari, “manobrar” em sua defesa. Para o professor da USP, o recurso de atacar que os acusados estão utilizando para se defender é próprio de bandidos. Não podem os criminosos vestidos de vestais travar a roda da história.

Pois bem, Sr. Presidente. Defendo a investigação irrestrita e a punição exemplar daqueles que se envolveram em falcaturas, mas não posso concordar com a condenação antecipada de quem quer que seja. Temos sempre que partir do pressuposto de que o ônus da prova é de quem está acusando. Não é possível que concordemos com que o acusado tenha que provar sua condição de inocente. O Estado de direito democrático brasileiro assegura o inocente perante a lei até que se prove o contrário.

É por isso, caros Deputados, que condeno aqueles que utilizam a crise como atalho ao poder. Vários políticos conservadores aliados a uma “pseuda-esquerda” têm se manifestado favoravelmente ao impeachment do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - eleito com mais de 52 milhões de votos - desconsiderando a inexistência de provas concretas contra ele (o Presidente). É a isso que chamo de golpe branco. É a isso que repúdio e denuncio com explícito ódio de classe a um integrante do proletariado que ascendeu à Presidência da República. Mais evidências deste detestável golpe? Ora, os Partidos de direita têm, sugerido abertamente que “se o Presidente renunciar ao projeto de reeleição, eles preservariam seu mandato.” Uma chantagem clara que enoja até mesmo quem faz política diuturnamente. É o medo explícito de enfrentar nas urnas, democraticamente, o Presidente.

Acho que o PT e o Presidente da República não devem ceder às chantagens. Devem jogar duro, e como já disse o próprio Lula “cortar da própria carne” ainda mais. E assim já foi feito ao afastarem ministros e dirigentes partidários até que tudo fique esclarecido. As investigações têm que avançar e tirar de circulação os Parlamen-

tes desonestos presentes no Congresso Nacional e em outras esferas do poder público.

Investigar. Esta é a melhor resposta aos abutres que pretendem cassar a vontade do povo brasileiro que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva. É a resposta que as elites paulistas precisam para estancar seu ódio complexo de superioridade diante de outras classes sociais. Pasmem, senhores, elas até levantaram palanque, na semana passada, em São Paulo, ao réu confesso Roberto Jefferson. Parece até que perderam o escrúpulo que tinham ao compactuarem com as práticas do Deputado carioca, pouco ou quase nada republicanas.

Sr. Presidente. As denúncias com comprovações precisam ser investigadas. As sem comprovações, se constituem em denunciismo. Essa prática deplorável visa única e exclusivamente paralisar o País. Os que promovem esse festival de acusações jogam contra os interesses maiores da Nação e apostam no quanto pior melhor, na criação de um atalho para trazer de volta ao poder as viúvas do neoliberalismo econômico. As ilações que são lançadas diariamente aos holofotes colocam em risco a democracia. Propicia o surgimento de aventureiros no cenário político nacional. Os Collor da vida nascem justamente do enfraquecimento da democracia. A história já nos ensinou isso, infelizmente.

Portanto, senhores e senhoras, a paralisia do País significa adiamento de decisões de investimentos; cancelamento de reformas econômicas necessárias ao crescimento sustentável; desaceleração dos juros e retomada de uma política de consumo interno. Enfim, o Brasil não pode ficar refém desses chantagistas de plantão e por isso deve retomar o papel que o destino lhe reserva, mesmo que para isso o Presidente Lula e as forças políticas honradas do País tenham que convocar a população para defender a democracia e o direito da maioria, de ter a esperança que tanto sonhou.

Os conservadores ainda não assimilaram o Presidente Lula na Presidência da República, por isso conspiram. Por isso têm esse ódio de classe insuperável. Têm saudades dos períodos sombrios e autoritários. Srs. Deputados, eu os conclamo a defender a democracia brasileira que anda ameaçada, mais do que nunca, pelos setores retrógrados neoliberais.

Amanhã, dia 16 de agosto, em Brasília, o movimento estudantil fará uma manifestação em defesa do Presidente da República, da democracia e das investigações. Mas atentem! Os cara-pintadas são contra golpismos e já deram mostras disso ao rejeitarem o Sr. Roberto Jefferson como o paladino da moralidade nacional durante um debate na USP, em São Paulo. Os estudantes deixaram claro que pensam diferente e são mais avançados do que a aristocracia. Eles, historicamente defenderam a democracia e a vontade popular e assim continuam a defender atualmente.

Por fim, Sr. Presidente, a imputação ao PT de práticas não convencionais, comuns a todos os partidos políticos, constitui em uma sórdida hipocrisia. Restringir um

problema histórico ao momento atual é querer encobrir o Governo anterior que instituiu o concurso da reeleição.

O Presidente Lula, como nós, está indignado com o estado de coisas que assola o País. Ele pediu desculpas à Nação. Determinou firmeza nas investigações. Não poupará aliados ou oposição. E, independente dos ataques dos conservadores, continuará a defender um Brasil mais justo e fraterno para todos, mas à oposição sempre restará o papel de “sangrar” o Presidente: faça o pronunciamento que fizer, aponte culpados que houver; enfim, à pseudo-esquerda e à direita raivosa nunca serão suficientes as sinceras desculpas pedidas. Eles querem abater Lula a qualquer custo. Eles querem sangue e mais sangue... Independente de discursos que faça o Presidente da República, as forças retrógradas continuarão a conspirar a democracia brasileira.

Passa a usar o Horário da Liderança do PT

Em defesa da democracia e do estado de Direito, agradeço a todos”.

Concedo um aparte, em primeiro lugar, ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Então, Deputado Hermes Fonseca, está me parecendo o seguinte: parece incrível e são os irmãos. A diferença é que foi o irmão do Collor de Mello. Agora, parece-me que são os irmãos do Lula - é o José Dirceu, o Genoíno, o Delúbio, todos aqueles que conviveram ao longo do tempo.

Acho assim: considero muito o pedido de desculpas do Presidente da televisão e fiquei, até certo ponto, emocionado em ver que o Presidente da República pede desculpas. No entanto, ele deveria ter mostrado quem foram os traidores. Naquele momento ele deveria ter se indignado e dito assim: fulano, fulano e fulano me decepcionaram e, em meu nome e em nome deles, peço desculpas. Aí ficaria mais claro.

E tenho uma outra recordação. Fui Presidente da CPI do BANESTADO no Paraná e naquela oportunidade recebi a CPI nacional, a CPMI, que tratava sobre remessas de dinheiro para o exterior. Naquele oportunidade disse ao Deputado mentor: Deputado, tenho todos os *modus operandi* da CC5 e certamente poderei colaborar com as viagens dos gerentes de Nova Iorque, com a movimentação financeira on-line que tenho aqui. E no final ele me deixou escapar o seguinte: o grande interesse naquela oportunidade era que o Lula apoiasse a Marta no segundo turno em São Paulo.

Então, nesta grande confusão, eu não quero dizer, certamente, toda vez que você usa a palavra e generaliza, você perde, porque evidentemente há muitos petistas, certamente, extraordinariamente, mais petistas com ideal e ética, de interesse de bem comum, mas há aquelas

laranjas podres que acabaram, evidentemente, causando um grande mal ao Presidente Lula.

Então, acho que esses nomes têm que vir à tona e têm que ser efetivamente cassados, execrados, para que aqueles que não devem nada, aqueles que são idôneos, bons, não acabem tendo que se justificar diante de um quadro sem precedentes na história do País, porque certamente nesta semana a crise vai se aprofundar, porque vão procurar de onde saiu esse dinheiro, porque a contabilidade não bate.

Então, acho mais certo que o PT reaja no sentido de expurgar, cassar, nominar as pessoas e certamente assim V. Exas. terão um peso a menos para se justificar.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Deputado, permite-me um aparte?

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado, permite-me um aparte?

O SR. HERMES FONSECA (PT)

Vou responder o aparte do Deputado Neivo.

Deputado Neivo, sem dúvida alguma V. Exa. externa parte de uma opinião nacional.

A vontade do Presidente, o discurso dele, só a ele cabe. Não cabe a nós. Nós estamos aqui embaixo. Quero repetir aquilo que já disse no início da crise: fui a favor e sou a favor da apuração de todas as irregularidades. Quem tiver culpa, quem cometeu alguma irregularidade, quem cometeu algum crime, tem que pagar por isso. Eu adotei uma posição neste sentido.

O que nós não podemos é conviver com aquilo que a grande imprensa nacional faz: ela generaliza. O problema da generalização neste País é muito grave. Não se pode condenar alguém antes que se prove alguma coisa contra ele. Não se pode execrar na opinião pública cidadãos brasileiros, de bem, que muitas vezes são envolvidos por um pré-julgamento, mesmo da imprensa e depois não se tem como reparar esse mal com as notas que se possam reproduzir na própria imprensa.

Acho que todo mundo tem o direito de se defender. Se será culpado ou não, não serão aqueles que são acusados - muitas vezes levianamente - que têm que provar que são inocentes. Quem acusa tem que provar por que está acusando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próximo orador inscrito, Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje eu vim ao plenário sem estar preparado para usar esta tribuna, mas não posso me calar quando ouço o pronunciamento do Deputado do PT, Hermes Fonseca, dizendo que tudo o que está acontecendo com o Brasil, tudo o que está acontecendo com o Partido dos Trabalhadores, tudo o que está acontecendo com o mar de lama que tomou conta do coração da República, não é culpa do Partido dos Trabalhadores, não é culpa do Presidente da República, não é culpa do Silvinho, do Delúbio, do Zé Dirceu, do José Genoíno, que isto são forças da direita, da elite do nosso Brasil que está fazendo com que a corrupção tome conta da esfera federal.

Pôxa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como o Nelson Justus falou ali, temos que perguntar ao Deputado que usou a tribuna tentando atacar os partidos de Oposição, como se fossem eles os culpados pela corrupção que toma conta do Brasil. A este Deputado eu tenho que perguntar, como Nelson Justus falou: “qual é a marca do óleo de peroba que ele usa para ter a cara-de-pau de subir naquela tribuna tentando atacar os opositores, a Oposição, a esses partidos que tomam conta do nosso Brasil?” Não dá para aceitar, Sr. Presidente!

Nós vemos uma aliança partidária feita para governar o nosso País a partir do ano de 2002, onde vemos o PT com seus dirigentes históricos que fundaram esse Partido no País, tomar conta do Poder, depois de mais de vinte anos criticando, mais de vinte anos apontando erros dos governos anteriores, denunciando, fazendo uma oposição em certos momentos raivosa, convocando os movimentos sociais para poder atacar as propostas dos governos anteriores! Hoje vemos o PT no comando, numa aliança com o PMDB, com o PTB, numa aliança com o PL, numa aliança com o PP e, todos juntos, governando o nosso País! Briga de quadrilheiro fez com que o Deputado Roberto Jefferson tivesse a coragem de denunciar o mar de denúncias e de corrupção que tomou conta da esfera federal! Ai se não fosse o Roberto Jefferson! Imaginem onde iríamos parar com todos os problemas e envolvimento que existem deste Deputado com relação à corrupção que tomou conta do Governo Federal!

E aqui eu pergunto: o Deputado Roberto Jefferson contou o caminho da corrupção, as CPI's criadas seguiram esse caminho, derrubaram o Zé Dirceu, derrubaram da Presidência do PT o Genoíno, derrubaram o Silvinho, enfim, fizeram uma limpa! Deputados líderes, a maioria de partidos da base aliada ao Presidente da República estão com seus nomes denunciados na Comissão de Ética Nacional e estão caminhando, a passos largos, para suas cassações.

Agora eu quero aqui dizer: este Presidente assumiu o Brasil falando e criando um tal de Fome Zero, que foi colado em discussão, tentaram implantar, infelizmente se os brasileiros esperassem pelo Fome Zero eles já teriam morrido, há muito tempo.

Ouçó críticas dizendo: “das elites”.

Poxa, Deputado Valdir Rossoni, o Presidente da República, do Partido dos Trabalhadores e seus aliados,

têm o apoio total das elites, os banqueiros são os maiores beneficiados deste Governo Lula que, com os juros altos estão tendo lucros como nunca tiveram na história do Brasil! Os grandes empresários tendo altos lucros e ajuda deste Governo e eles tiram do Governo Federal uma série de benefícios! Então falam: “...os culpados, a direita, as elites...”

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito a V. Exa. concluir.

Passa a usar o Horário da Liderança do PFL

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Uso o Horário do PFL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Plauto, temos aqui inscrito no Horário do PFL o Deputado Elio Lino.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Ele usa cinco minutos e o resto eu uso.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. poderá ter um aparte, então.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Sr. Presidente, me dá mais um minuto que eu concluo.

Tem uma coisa que realmente está funcionando bem no Governo do Presidente Lula: a política econômica, a política neoliberal que ouvi o Deputado Hermes criticar da outra tribuna.

E o resto? E o restante? Nada! É o Fome Zero que não funcionou, as rodovias que estão aí, o desemprego! Dez milhões de empregos que ninguém viu, estão procurando, é o salário mínimo que seria um grande salário, e vemos o Presidente Lula combater o salário no momento que o Congresso quer dar um ganho a mais ao trabalhador brasileiro! Um grande blefe, uma grande mentira esta esquerda corrupta que tomou conta do Governo Federal em nome da população mais carente do nosso Brasil! Uma Esquerda que prometeu e não cumpriu e está aí o resultado: o mar de corrupção que tomou conta do Governo Federal e os brasileiros, no ano que vem, vão saber separar esses Partidos, essas lideranças, esses homens que tomaram conta do Governo federal e que mergulhou num mar de corrupção e aqui no Estado do Paraná, não vai fugir!

Esses Partidos que governam lá, estão unidos aqui, no Governo Estadual e a esses, vamos ter um candidato para combatê-lo e vamos mostrar que essa corrente política que comanda o Brasil, que comanda o Estado do Paraná não pode continuar mais, e no ano que vem teremos eleições! Não pensem aqueles que estão ligados e defendem esse estilo de Governo de Brasília e também

do Estado do Paraná! O povo vai separar aqueles que realmente sabem, que defendem e governam e não mentem e vão eleger as pessoas de bem neste País!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Ademar Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vou nesta tarde, fazer uma breve reflexão sobre o contexto nacional, tudo aquilo que os brasileiros estão presenciando pela mídia nacional, através dos veículos de comunicação deste País.

Vou usar da velha máxima, daquilo que eu sempre compreendi como o grande discurso do PT a nível nacional, de um Partido que ganha com os pobres, com os miseráveis, com os humildes e governa com a elite brasileira. O exemplo maior está realmente sendo presenciado por todos os brasileiros neste momento. Quero crer que o quadro nacional caótico que estamos presenciando é realmente nefasto, ruim para todos os brasileiros, mas de forma especial, é um quadro perturbador para a democracia brasileira.

É de muita indignação estarmos aqui nesta tarde, e já afirmei em outras oportunidades, fazendo este comentário, essas alusões com relação ao Partido dos Trabalhadores. Sinto-me como político, frustrado até então, em ver esse mar de lama envolto no grupo político que ostenta o Partido dos Trabalhadores.

Por que afirmo isso, Srs. Parlamentares? Porque entendo que o PT, como Partido político, ao longo da sua história, desde o momento da sua fundação, teve um papel importante, preponderante. Contribuiu muito para o processo democrático brasileiro. O Partido dos Trabalhadores, queira ou não queira, através das suas ações de oposição contundentes neste País, levantou em muitas oportunidades, críticas infundadas, mas estabeleceu o contraponto da democracia brasileira como o grande Partido de Oposição neste País e teve um papel, sim, importante, no contexto político, na constituição de uma democracia sólida, no fortalecimento dos Partidos.

A minha grande surpresa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, neste momento, é ver que esse Partido que foi às ruas, às frente das fábricas, mobilizou o sentimento nacional, mexeu com as massas, escreveu uma história brilhante neste País, queira ou não, hoje é o grande responsável pelo enfraquecimento das nossas instituições pelo enfraquecimento dos partidos políticos como um todo, até porque há que se reconhecer que a crise política tem reflexo, chamusca o partido político queira ou não - em função desse mar de lama que o PT hoje traz à sociedade brasileira.

É lamentável estarmos aqui nesta tarde fazendo esse tipo de observação. Preferia eu aqui estar enaltecendo o PT como partido político, um partido que construiu uma história brilhante, que teve homens exilados, mas que infelizmente, aqueles que no passado foram exilados envergonham hoje os quadros do Partido dos Trabalhadores a nível nacional.

Estão sendo banidos pela sociedade brasileira aqueles que enfrentaram o regime ditatorial e foram banidos pelas forças ocultas deste País. Hoje, teriam a responsabilidade, enquanto poder, de mostrar aos brasileiros um estilo novo de se fazer política e não é o que estamos enxergando.

Passa a usar o Horário da Liderança do PSDB

Falo no horário da Liderança do PSDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Mais dez minutos.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

A estrela do PT está ofuscada, as figuras ilustres do PT a nível nacional maculadas, jogadas na vala comum, no ralo da política brasileira, acorvardados, envergonhados, e acima de tudo, arrancando lágrimas de dor daqueles que acreditam na proposta do PT a nível nacional e, que hoje já não têm mais o mesmo brio, a mesma coragem, a mesma determinação para ostentar no peito a estrela do PT, Deputado Elio Rusch.

No período eleitoral era difícil encontrar uma estrela do PT. Se havia mercadoria boa para se colocar no mercado, era a estrela do PT. Hoje, não se encontra na prateleira, porque ela está no fundo do poço. A democracia brasileira perde com isso, sim, exatamente nessa linha que eu estou fazendo o meu pronunciamento, porque, enquanto tivermos no País partidos fortes, consistentes, a democracia com certeza dará exemplo para nós e para o mundo. E o enfraquecimento do PT neste momento, desta vergonha nacional que se apresenta neste instante, enfraquece todos nós, como políticos e como partidos.

Este é um momento grave da vida política nacional. Este é um momento difícil da vida política brasileira, mas que se punam os culpados! Não venha a público pela televisão o Presidente da República - com todo o respeito que tenho pelo cargo que ocupa, cargo esse que lhe foi garantido com mais de 52 milhões de brasileiros - se fazer de inocente, de santo, Deputado Valdir Rossoni!

Até porque, quem governa deve ter a responsabilidade de comandar, deve saber o que está acontecendo no seu espaço de governo e o Presidente da República ao dizer que não sabia, está sendo omissivo, porque não procurou tomar conhecimento de toda corrupção existente dentro do seu governo, corrupção essa implantada pelos seus próprios companheiros, pelo próprio amigo. Não é a

direta, como querem dizer os nossos adversários, os homens do PT. Não é a elite brasileira, Deputado Valdir Rossoni, que levanta essa problemática. O fato ocorre, as denúncias ocorrem dentro do próprio espaço do PT, dentro do próprio espaço do Governo!

Por isso, a preocupação é maior!

Por isso, a seriedade da crise brasileira realmente nos leva a um caminho que é altamente preocupante.

Com o aparte o Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Traiano, eu às vezes, admiro as pessoas pela coragem, porque nós, até o presente momento, não trazíamos o assunto PT a esta tribuna porque achávamos que isto ainda está na esfera nacional; não deveríamos tripudiar aqui, até em respeito aos Parlamentares do PT, mas realmente hoje eu senti que o Deputado Nelson Justus está com a razão; precisa óleo de peroba. Eu não sou direita, não sou esquerda; sou brasileiro, estou aqui como Parlamentar e atuo como Deputado de Oposição.

Mas, meu caro Deputado Traiano quando eu ouço alguém falar que a elite brasileira está tramando um golpe, se assim o fosse não estaria fazendo mais que a obrigação porque estaria tirando uma quadrilha de dentro do Palácio do Planalto, que está deixando o Collor e o PC Farias com vergonha do que fizeram!

Então, o PT, nesta Casa, saiba de uma questão; ou o PT respeita aqui os Deputados de Oposição ou eles vão ter que ouvir todos os dias uma denúncia que faremos aqui. Quero dizer aos Deputados do PT, que eu tenho no meu gabinete uma denúncia, daqui, do PT do Paraná.

Eu estou respondendo um pronunciamento do Deputado que subiu à tribuna.

Então, quem detonou a República, foi o homem que o Presidente da República disse que assinava um cheque em branco. Quem falou que assinaria um cheque em branco para o Roberto Jefferson, não foi a Oposição! Diga-se de passagem tudo o que está acontecendo aí neste momento, foi denunciado pela Situação.

Disse muito bem o Deputado Plauto: a quadrilha não se acertou na divisão do dinheiro e aí veio à tona toda essa lama.

Eu farei aqui a pouco o uso do horário do Grande Expediente e eu quero ler uma entrevista, até espero que os Deputados do PT voltem ao plenário, para que - talvez leram, - tenham a oportunidade de ver a entrevista de um senhor que talvez eles conheçam, chamado Hélio Bicudo, petista há 25 anos, um homem de 83 anos de idade. Eu vou ler a entrevista do Bicudo, e daí eu quero ver se tem algum Deputado do PT para subir na tribuna aqui e atribuir a roubalheira que eles estão fazendo neste País, a terceiros.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Muito obrigado, Deputado Valdir Rossoni, pelo seu aparte, que contribui em muito para o nosso pronunciamento.

O Sr. Nelson Justus (PFL)

Apenas para contribuir com o discurso de V. Exa. que, como todos nós aqui ficamos abismados com a coragem do Deputado Fonseca. Mas, o que me preocupa, não é a sua coragem, é que talvez ele esteja subestimando a nossa inteligência, porque aqui ninguém é burro, burro não chega aqui e não está nessas quatro paredes. Nós estamos quietos aqui ouvindo pasmos o que está acontecendo no Brasil. Ninguém está falando nada, e perdeu uma extraordinária oportunidade o Deputado Fonseca de ficar quieto, ao vir aqui subestimar a nossa inteligência, de uma turma que tem um chefe que com nove dedos já fez o que fez, calcule o que faria se tivesse dez!

Muito obrigado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Muito obrigado, Deputado Nelson Justus. V. Exa. está coberto de razão. E é oportuno aqui fazermos uma lembrança, Deputado Valdir Rossoni, de que realmente todo o escracho daquilo que está acontecendo a nível nacional, aconteceu no meio da curriola! Quem não lembra, tão logo o Deputado Roberto Jefferson começou a fazer as denúncias, de pronto o Presidente Lula partiu em sua defesa dizendo que o governo deveria ser solidário para com o Deputado Roberto Jefferson, porque fazia parte da Base aliada.

Portanto, se assim agiu o Presidente é porque sabia da gravidade dos problemas e tentou acobertar algo que já não tinha mais condições para segurar. Até porque, a metralhadora giratória do verbo do Deputado Roberto Jefferson é muito difícil de ser contida. E aquilo que ele trouxe para o Brasil nada mais é que a expressão da verdade, de um governo que ganhou com os miseráveis, os pobres, com os analfabetos e governa com a elite! Com aqueles que se consideram os intelectuais deste País, com todo respeito, porque entendo que são importantes no contexto político, mas é um governo que traiu a confiança da sociedade brasileira! E tenta, nesse momento de crise, usar dos chavões que sempre usou o Presidente Lula! Mais uma vez vem aos veículos de comunicação tentando usar como massa de manobra as pessoas humildes deste País, para tentar reverter esse momento crítico, grave da política brasileira, querendo acobertar todas essas ondas de denúncias!

Não vai conseguir, porque o brasileiro é sábio, inteligente, sabe o que quer e no momento oportuno dará o troco a esses que assaltaram o País de uma forma que envergonha todos nós.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o horário do Pequeno Expediente para discorrer sobre o assunto que outros Parlamentares, na Sessão de hoje, já se manifestaram. Na verdade, eu diria que ninguém, nenhum cidadão pode concordar com a corrupção que se instalou em nosso País.

Nós ouvimos, quando andamos pelo interior deste Paraná, que ninguém entende o Partido dos Trabalhadores que pregava a decência, a ética e a moralidade, ao longo de sua história.

Qualquer denúncia em nível de Congresso Nacional era motivo para a instalação de uma CPI. Qualquer denúncia que tivesse alguma consistência era motivo de pichar os muros do Brasil com a seguinte frase: “Fora FHC!” Essa era frase proferida pelas pessoas que hoje estão no poder!

O que nós brasileiros, nós parlamentares vamos dizer a essa gente do Brasil? Lembro-me de uma frase antiga que meu pai me disse quando eu ainda era criança: “Quem nunca comeu mel, quando vai comer pela primeira vez, se lambuza todo.” É isso que vemos hoje lá em Brasília. É isso que sentimos e vimos que se instalou nesta República, em Brasília.

Nós podíamos questionar sobre a questão das empresas do Valdomiro Diniz; podíamos falar sobre o Marcos Valério; podíamos até lembrar as denúncias que o PT fez contra o então Ministro Rafael Greca, quando era Ministro de Esportes e Turismo. Pergunto: qual é a ação do Deputado Rafael Greca como ex-Ministro em relação a tudo isso que está acontecendo, hoje, em nível de Brasil? E nós nos questionamos o que está acontecendo, efetivamente, Deputado José Maria Ferreira? O que a sociedade do Brasil pode esperar de um Presidente que viaja?

Tenho defendido, muitas vezes, aqui na tribuna, até a abertura que o Presidente Lula deu ao Brasil, na questão da economia. Quando ele era Oposição, ele dizia: “Fora, ALCA! Fora capital estrangeiro!” Quando ele assumiu, abriu exatamente o Brasil para o capital estrangeiro e vendeu a imagem do Brasil lá fora.

Agora, eu acredito que nem o Lula imaginava, naquela época, aquilo que estava acontecendo exatamente ao lado do seu gabinete, lá, no Ministro Chefe da Casa Civil, tudo isso que estamos vendo hoje, no dia-a-dia, na imprensa. O que está por vir ainda?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. ELIO RUSCH
Eu uso o horário do PFL.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
O espaço do PFL já foi utilizado pelo Deputado Plauto Miró.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)
Não, V. Exa. deu um minuto ao Deputado Plauto para concluir.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
O Deputado Plauto usou dez minutos.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)
Deputado, ele concluiu em um minuto, ele usou dois minutos!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Eu havia dado dez minutos, inclusive solicitei que V. Exa. usasse uma parte para não fragmentar horário, porque nós não podemos fragmentar para ninguém.
Peço sua compreensão, Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)
Sr. Presidente, só por uma questão de justiça: eu não aparteei o Deputado Plauto exatamente porque ele pediu: “eu encerro meu pronunciamento, me dê um minuto!” E ele falou dois minutos além dos cinco, senão eu o teria aparteado, porque o motivo principal do que eu quero falar é sobre esse assunto e eu não falei ainda.
Eu gostaria que V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
O Deputado Plauto usou mais de dois minutos; ele ficou com o tempo à sua disposição.
Eu inclusive, mencionei que ele teria dez minutos para seu pronunciamento.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)
Mas ele pediu um minuto para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Não, ele passou de um minuto, Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)
Mas foram dois minutos, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Peço a sua compreensão.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)
Eu falo, no Horário da Liderança do PFL. Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
O Horário do PFL já foi utilizado pelo Deputado Plauto, Deputado Elio Rusch.
Dou-lhe um minuto para que V. Exa. possa concluir.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)
Sr. Presidente, em sinal de respeito, eu fico um minuto em silêncio, aqui na tribuna. Um minuto que eu fico em silêncio.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Sr. presidente, eu não usei o Horário da Liderança. Quando o Deputado Valdir Rossoni pediu aparte eu estava concluindo.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Pode ver as notas taquigráficas!

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Eu não usei o Horário da Liderança, inclusive os apartes que tinham pedido eu não concedi; quis concluir o meu horário.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Eu, inclusive, lhe dei dez minutos e V. Exa. se estendeu no tempo. Eu não lhe avisei, não lhe cortei o tempo...

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Vamos ficar em silêncio por um minuto, então, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem um minuto.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Eu fico um minuto em silêncio, em sinal de protesto a V. Exa.!

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Eu quero protestar da decisão de V. Exa. como Presidente! Acompanhei, atentamente, o pronunciamento do Deputado Plauto! Ele não usou do Horário da Liderança do PFL, concluiu no minuto que V. Exa. determinou! Portanto, acho que V. Exa. deveria voltar atrás e conceder ao orador o tempo necessário, até por respeito a esta Casa e ao Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não há questão de ordem, Deputado Traiano.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Presidente, esse um minuto que V. Exa. me deu, eu não vou usar, mas vou ficar parado, em silêncio, em sinal de luto pelo desrespeito de V. Exa. para com o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Presidência tem procurado...

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Não, o senhor, me deu um minuto e eu tenho um minuto e esse um minuto é em silêncio! Tenho um minuto para concluir e não posso ser interrompido! Estou no Pequeno Expediente!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Grande Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Valdir Rossoni.

Seu tempo já se esgotou, Deputado Elio Rusch.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Sinto que V. Exa. está protegendo o PT!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Presidência tem sido imparcial, Deputado Plauto Miró! V. Exa. não deve ter...

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

Eu não posso admitir que V. Exa. diga que é imparcial. Solicito as notas taquigráficas, depois, para levar para V. Exa., porque o Deputado Plauto não falou no Horário da Liderança. Ele pediu um minuto para concluir e V. Exa. concedeu. Em momento nenhum V. Exa. cortou o tempo dele. Levo-lhe as notas taquigráficas. Mas hoje, com todo o respeito que tenho por V. Exa., o senhor foi totalmente parcial defendendo o seu PT!

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Trinta minutos, Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Elio Rusch, se V. Exa. quiser assoprar no meu ouvido, eu falo o que V. Exa. quer falar.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

V. Exa. me dá um aparte depois.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Logo a seguir.

Sr. Presidente, V. Exa., Deputado Ângelo Vanhoni, demais Deputados do PT. Devem ter observado a conduta dos Deputados de Oposição nesta Casa, quanto ao ocorrido e ao que está acontecendo neste Brasil. Até porque, é tamanha a vergonha que nós políticos temos, de que estamos nos atendo às questões do Paraná, não entrando na questão nacional, até para demonstrar, Deputado Pedro Ivo, Presidente, o nosso respeito às Lideranças do PT do Paraná.

Mas, o ilustre Parlamentar Hermes Fonseca, num discurso escrito de alguém, que está vivendo em outro mundo, veio agredir a Oposição. Agredir, não! Subestimar a nossa inteligência como disse o Deputado Nelson Justus. Querer atribuir esta crise aos partidos, aos Deputados de Oposição! Todos nós sabemos que quem começou a destruir o PT, foi o fogo amigo! Não foram os Deputados de Oposição que pediram para o Presidente

Lula para se abraçar com Roberto Jefferson. Diga-se de passagem, fui expulso do PTB. Sabe por que razão, Deputado Vanhoni? Numa reunião do PTB, o Presidente Nacional sentou-se à cabeceira da mesa e disse que o PTB apoiaria o Governo Lula, e quem não apoiasse, estava fora do PTB.

Naquele momento levantei-me, fui embora e deixei o PTB, porque não poderia aceitar a posição ditatorial daquele momento. Não estamos vivendo num país de recessão, aqui!

A grande verdade, Deputado Vanhoni, é uma pena que o Deputado Hermes Fonseca não esteja aqui, ele cutucou, viu que errou e fugiu. V. Exa. conhece um jurista, cujo nome é Hélio Bicudo e tem 83 anos de idade? Tenho certeza que V. Exa. conhece e respeita. Ele tem 25 anos de participação na vida da construção deste Partido. Veja só o que disse Hélio Bicudo na entrevista da Veja: “Por que o Presidente não tomou nenhuma atitude para impedir que a situação chegasse aonde chegou?” Ele respondeu à revista Veja, Deputado Elio Rusch:” Ele, o Lula, é mestre em esconder sujeira embaixo do tapete. Sempre agiu dessa forma. Seu pronunciamento de sexta-feira confirma que Lula manteve a postura de quem não faz parte disso e não abre espaço para uma discussão pública.

Ora, não conheço o Sr. Hélio Bicudo. Nunca convivi com ele, mas um homem com 83 anos de idade só tem o compromisso com uma coisa: a verdade, só com a verdade. Um homem que tem 23 anos de militância, vem dizer na Revista Veja, que o Lula é mestre em jogar a sujeira para debaixo do tapete. Não há no Brasil, hoje, autoridade maior para falar dessa questão, Hélio Bicudo. Foi ele quem disse isso. Às atribuições e às críticas feitas pelo Deputado do PT, ele teria que ter subido à tribuna e dizer: não participei dessas falcaturas e quero pedir desculpas, porque nós, da Oposição, Srs. Deputados do PT, até o presente momento, não tínhamos feito nenhum pronunciamento, por respeito aos Parlamentares e aos filiados do PT, que neste momento sofrem. Infelizmente, não podemos ouvir calados o absurdo do pronunciamento do Parlamentar, quando ele quer atribuir às elites. Pergunto aos senhores, se existe alguém mais que represente a elite brasileira do que o Presidente do Banco Central, Henrique Meireles? Existe alguém que representa mais as elites do que o Ministro da Justiça? Esta é uma pergunta que fica para os companheiros do PT!

Esperamos que eles não venham atribuir a culpa que é deles. Eles que subam à tribuna e dêem nome aos verdadeiros culpados. Há cinco metros, Deputada Elza, do gabinete do Presidente da República, aconteceu tudo isso, agora vem o Duda Mendonça, na última semana, contar aos brasileiros que o dinheiro tem que ser depositado lá fora, porque é mais fácil.

Sempre achei que o PT poderia cometer erros pela sua falta de experiência em governar, mas jamais me passou algumas vezes que o PT cairia pela corrupção! Nunca! Nunca achei isso! Achei que faltava experiência adminis-

trativa, mas nunca pensei que estaria montando no Brasil uma quadrilha, que deixa o PC Farias virando dentro do caixão de vergonha, porque, ele fez escola e fez os seus alunos, hoje, serem mais do que o professor! Certamente está revirando no caixão!

E ontem o Collor - e diga-se de passagem que já caí nesse, eu votei no Presidente Collor - veio à televisão e, cá para nós, estamos vendo a mesma história! Deputado Anibelli, o Presidente tinha uma santa dentro do seu escritório e aquilo me deu nojo, quando ele batia na santa e fazia o sinal da cruz. Ora, quem sou eu para criticar a Globo? Mas, a Globo não deveria ter colocado aquela cena onde quer usar a religiosidade para abusar do povo brasileiro. Porque principalmente o povo brasileiro, aquele mais pobre e menos favorecido, quando vê uma imagem, ele tem um profundo respeito, mas, não com um pilantra daqueles ali, que enganou a nós, brasileiros, e fez o que fez!

Por essa razão, quero pedir aos colegas do PT para que não entremos nessa discussão, porque estávamos mantendo o posicionamento e a coerência, porque nós temos um profundo respeito pelo PT do Paraná e pelos Deputados do PT. Mas, não venham aqui querer atribuir aos Deputados e aos Partidos de Oposição, a roubalheira que foi implantada neste País! Vão à tribuna, sim, e digam por quem essa quadrilha era comandada, aonde ela estava instalada e para onde foi o dinheiro, que certamente esse dinheiro não é empréstimos! Aqui, em uma semana, cai por terra isso e já caiu ontem, no jornal O Globo, de que os empréstimos não cobrem os recursos repassados.

Tudo o que o Roberto Jefferson infelizmente fala, vem em cascata, caindo! Agora há pouco, por ser Deputado de Oposição, chega em meu gabinete um calhamaço de documentos do Paraná.

Então, parece-me que não é apenas nos Correios. É a República que está loteada para cada um poder roubar um pouco e esse pouco, para nós é bastante. E disse ontem o Deputado Federal do PV, que saiu do PT, Gabeira: pelos levantamentos que temos feito até agora, poderá chegar a um bilhão de reais de recursos que foram mandados para fora do Brasil.

Concedo um aparte, inicialmente, à Deputada Elza.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Obrigada, companheiro!

Na verdade, tempos divergências políticas - esta Deputada e a Oposição - em algumas questões, mas ouvi o pronunciamento do Presidente Lula e confesso que me senti muito mal. Esperava mais, como muitos petistas manifestam que também esperavam mais. Foi um discurso insosso, pífio, na minha avaliação, e que não justificou absolutamente nada.

Evidentemente não quero generalizar, como fez V. Exa., temos excelentes petistas, mas é preciso também dizer que discursos como temos ouvido sistematica-

mente, que a responsabilidade é das elites, da Oposição e não sei de quem, é subestimar absolutamente a nossa capacidade de raciocínio. Quando vieram à tona os empréstimos feitos por Valério, a pedido do Delúbio e referendado pela cúpula do PT, isto está claro, público, nós imaginamos imediatamente como é que se paga o empréstimo. Neste caso, não seria com venda de estrelinha, certamente.

Portanto, eu acho que todo discurso que caminha na direção de buscar culpados e que não assume a responsabilidade, se tem o dedo da elite, o dedo da Oposição, tem as duas mãos da cúpula do PT. Eu acho que é preciso a gente também separar o joio do trigo nesta discussão e estou vendo isto no Brasil inteiro, com todo o respeito, há grandes companheiros, nós temos gente séria, ética, que está envergonhada e coloca isto, manifesta esta vergonha que está sentindo hoje pela cúpula do PT ter se enlameado todo, enlameado o Brasil e colocado em risco a República que nós todos temos que defender com unhas e dentes!

Portanto, eu acho que este discurso é equivocado, é tacanho e é atrasado. Eu acho que o PT tem que assumir a sua responsabilidade, tem que punir os culpados, mas não jogando agora a culpa na elite, sei lá em quem. Até porque até então, quem dava uma grande sustentação ao governo era a própria elite, os banqueiros, os detentores deste modelo econômico - então, aí servia?

Acho que, não gostaria de ter que fazer aqui este pronunciamento, mas depois que ouvi também o pronunciamento do Deputado, acho que não podemos ficar fingindo que concordamos com isto. Estou aqui mais com a Heloísa Helena do que com este discurso que estou ouvindo e ela já cantou esta bola lá atrás. Então, quem tem culpa, assuma a responsabilidade, assuma a culpa. Eu não fico nem um pouco à vontade nesta questão de, para se defender, ter que ficar atacando gregos e troianos.

Só para encerrar, desculpe, acho que fiz um aparte longo demais. Para dar tempo para o companheiro falar, eu falo em outra oportunidade o que eu ia dizer agora, mas quero apenas deixar consignado que esse discurso é atrasado, não justifica, não atende, e nós vamos ainda ver, sinceramente, muita coisa rolando e esse discurso do PT tem que mudar.

Eu estou mais com os petistas que estão olhando nos nossos olhos, sem baixar a cabeça e dizendo - erramos, houve erro, foi um equívoco e nós temos que corrigir isto aí.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Obrigado, Deputada Elza.

Com a palavra, o Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Deputado Rossoni, já fiz um pronunciamento hoje, mas não posso deixar aqui de trazer o apoio ao seu pronunciamento e à própria linha que o senhor toma.

Quero aqui reprisar novamente. Fico indignado em ver um Parlamentar, que faz parte do Partido dos Trabalhadores, nesta Casa, assumir a tribuna para dizer, olha, tudo isto que vocês estão vendo de errado no País, que a grande mídia traz, não é culpa nossa, do Partido dos Trabalhadores - é culpa das elites, é culpa da direita, é culpa dos Partidos da Oposição...

Deputado Valdir Rossoni, eu não posso acreditar que escutei isso de um companheiro nosso, desta Casa! Quero frisar novamente, a elite maior está do lado do Presidente da República, que são os banqueiros, quem está levando a grande fatia deste País, prejudicando os vários setores econômicos, como a própria iniciativa privada, são os banqueiros que na história do Brasil nunca tiveram um lucro tão grande. Mês a mês, semestre a semestre, aumentam os lucros dos Bancos neste País. Tudo isso porque o Presidente Lula está numa linha econômica que está beneficiando aos banqueiros, aos grandes industriais, aos grandes empresários, e aí, esses que hoje ocupam o Poder, a esquerda, o PT que ocupa o Poder, critica quem? Critica os opositores que estão trazendo à tona uma série de preocupações que tomam do País! Em especial, eles criticam a política econômica do governo anterior que teve pelas mãos do Lula a sua continuidade.

Então, não dá para aceitar. O mar de lama tomou conta do nosso país e todos nós temos que, no mínimo, ter o direito aqui de trazer o nosso posicionamento e contar que o Silvinho nunca foi filiado ao Partido do qual faço parte, nem o Partido que V. Exa. faz parte - o Silvinho, o Delúbio, Genoíno, o careca lá, o carequinha, o Marcos Valério que mexe com o carvão de todo esse povo. E onde é a origem de todo este dinheiro, destes milhões e já falam até em bilhões de reais? Da iniciativa privada, do aache, da cobrança de serviço que o PT faz e quem vai buscar a gaita, a grana, é o carequinha, o tal de Marcos Valério.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Concedo um aparte ao Deputado Traiano.

Só gostaria que os apartes fossem rápidos porque eu tenho apenas dez minutos e um texto aqui para ser lido.

Na sequência concedo o aparte ao Deputado Scarpellini.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Só para fazer aqui uma bela lembrança a este discurso das elites, que o PT, agora encurralado, tenta jogar à sociedade brasileira que tudo isso que está ocorrendo é em função das elites que estão tentando aplicar o golpe para derrubar o Presidente Lula do Poder, para aplicar o impeachment.

Deputado Valdir Rossoni, é uma elite mascarada de esquerda que está comandando este País. Como o Presidente Lula vem querendo jogar isso aos brasileiros, quando ele tem nos seus quadros o Furlan, grande empre-

sário brasileiro, da Sadia, travestido de esquerda tentando vender a imagem aos brasileiros que comunga das idéias da política econômica trazida pelo Presidente Lula a este País? Está lá para surrupiar também, com certeza, favores para suas empresas a nível nacional. Esta é a elite brasileira, travestida de esquerda, e tantos outros nomes! Quem pode discutir e querer dizer, neste momento, que José Dirceu não é elite? Que Roberto Jefferson não é elite?

Vou encerrar, Deputado Rossoni, até para que V. Exa. possa concluir.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Bem, nós temos que ter certeza absoluta que realmente o Governo e o Lula estão no chão, porque só a partir de pesquisas é que se sabe se estão ou não. Quando o Governador do Paraná, Roberto Requião veio para a rua e disse: “Olha, Lula, não dá mais.” É porque realmente não dá! O Requião anda com as pessoas quando elas vão bem nas pesquisas. Quando começa a queda livre, ele as abandona. Agora o “companheiro Lula” já não é mais companheiro do Governador Roberto Requião! Ou então: “Requião é o meu homem, no Paraná.” Palavras do Lula.

Nós temos aqui, Deputado Rossoni, quando o Deputado Ailton Soares, em 95, votou em Tancredo Neves e foi expulso do PT, este PT chegou ao Governo com o Gabeira, com a Heloísa Helena, que também foi expulsa, recentemente.

O Bradesco anunciou que teve o maior lucro da sua história, o Itaú teve também, e por falar nisso, Deputado Anibelli, os cinco anos que o Itaú tinha para ter a conta própria aqui no Paraná já se passaram e o Governo Requião não abriu outra conta e nós queremos saber, por que também?

A Portugal Telecom e a Telemar fez um grande negócio com o filho do Lula, Deputado, cinco milhões de reais para o Lulinha para fazer o quê? Para não acabar com a tarifa básica de telefonia, assinatura mensal que as telefonias do Brasil estão ganhando dois bilhões de reais, por mês com essa taxa! E o Lula cruzou os braços e disse: “Façam.” Mas Marcos Valério e o tesoureiro do Lula, Delúbio foram dez vezes a Portugal, a mala, a mala Portugal, mas é amar a Portugal é a mala, aquela que carrega, certamente o dinheiro que foi pago pela telefonia básica, neste País!

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o aparte e restam-me apenas quatro minutos. Pelo que eu estou sentido, Deputado Dobrandino, Líder do Governo, as minhas críticas ao Secretário de Comunicação começam a fazer eco no Palácio Iguaçu. A reunião do Projeto “Mãos Limpas”, desta segunda-feira, dia 15, serviu para que o Governador Roberto Requião, que estava hoje de péssimo humor - destilasse indignação e fúria contra o Secretário da Comunicação, chamando-o de incompetente e o Governador, certa-

mente, quando destila a sua contrariedade com o Secretário da Comunicação, é porque ele já está vendo alguma coisa no horizonte.

Requião de bobo não tem nada, não é, Deputado Scarpellini? Você conhece bem. O Lula e ele tinham problema de pele, de irmão. Essa irmandade não existe mais! Acabou! Lula está jogado para os urubus! Não é mais “nosso irmão”! Agora o que vejo é ele chamando o seu secretário de incompetente!

Eu estou entrando com um requerimento hoje para pedir os valores que o Governo está gastando com o “Clear Channel”.

Posso traduzir, Deputado Scarpellini.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Eu gostaria.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

São aqueles cartazes que são colocados nos pontos de ônibus. Coloca-se aquele cartaz fazendo a propaganda do Governo.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

É aqui no Brasil isso?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É no Brasil, aqui nas avenidas, nas ruas de Curitiba. A indignação do Governador com o Secretário da Comunicação pela incompetência, eu acho que nós não vamos pegar o Secretário da Comunicação pela incompetência; vamos pegar nos “Clear Channel”. É aí que nós vamos ver o tamanho do rombo da Comunicação. Estou mexendo só com este caso, porque isto me chegou às mãos, mas o Governador hoje destilou no Palácio Iguaçu, o seu mal humor em cima do Secretário da Comunicação pela sua incompetência, pela sua inoperância e aqui a uns dias ele vai ter que destilar, porque nós vamos mostrar que tem um outro canal que vai indigná-lo ainda mais.

Teria este assunto. É muito extenso, mas pelo apoio dos Srs. Deputados para aprovarem o nosso requerimento para falarmos dos “Clear Channel” que são os cartazes que vão nos pontos de ônibus e que dizem que estão gastando uma “banana” de dinheiro, uma loucura de dinheiro. Depois, eu vou encaminhar para o Governador, porque tenho certeza absoluta que até o Governador está indignado com o que esse Secretário está gastando em comunicação.

Eu encerro o meu pronunciamento e peço aos Deputados do PT, respeito, que é bom e não faz mal a ninguém.

Não venham atribuir à Oposição o que estão fazendo com este País.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado Rossoni, será que o Governador não está igual ao Lula, que não sabe de nada?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas se não sabe, vai saber.

Não venham atribuir à Oposição...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Um minuto para concluir, Deputado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Concluo, Sr. Presidente.

Não venham atribuir à Oposição e até acredito que os Deputados do PT poderiam dar um puxão de orelha no Hermes da Fonseca, que veio aqui com um discurso escrito, e mexer com um vespeiro desse tamanho, quando ele está no meio - como diz o caipira - do exame. Ele tinha que se proteger, mas na verdade ele veio cutucar o leão com vara curta e ele sabe que não estamos aqui porque somos bobos. Quem chega a esta Casa, não chega aqui de presente, chega porque tem alguma competência. E nós, a partir de agora, vamos mostrar ao PT que ele tem que ficar calado, e, se for possível, de joelhos, para pedir desculpas aos brasileiros.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Horário das Lideranças.

PMDB, Deputado Antonio Martins Anibelli.

Liderança do PMDB: Deputado Antonio Anibelli

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. O Deputado Traiano pergunta: Será que o Requião, não sabe?

O Requião sabe de tudo! O Requião é um homem muito inteligente Deputado Traiano, tanto que é que ele alertou o companheiro Lula, do Plano Econômico. E amigo leal é aquele que avisa: cuidado, você vem sendo enganado. Faz tempo que o Requião vem falando. Nas aulinhas, lá na escolinha, e nas entrevistas, criticando o Plano Econômico.

Vim à tribuna, para lembrar uma data, para nós, muito importante, a data de hoje. Diz 15 de agosto, há quatro anos atrás, em 2001, esta Casa lembra com tristeza aquela votação do Projeto de Iniciativa Popular, pela venda da COPEL. A história é recente, mas passa despercebido a grandeza daquela luta, que tivemos neste plenário a favor do Projeto de Iniciativa Popular contra a venda da COPEL.

Para que isso não passe despercebido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu estou apresentando um projeto hoje, que diz o seguinte: "Institui o dia 15 de agosto, como o Dia da Luta Contra Venda da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL.

Fica instituído dia 15 de agosto, como dia de luta contra a venda da Companhia Paranaense de Energia Elé-

trica - COPEL, a ser comemorado anualmente. Constando, portanto, no calendário de eventos do Paraná.

Esta lei, no artigo 2º, entrará em vigor na data de sua publicação, 15 de agosto. Assina, Deputado Anibelli".

É preciso que façamos essas lembranças, não só nos Anais da nossa Assembléia Legislativa, mas relembrarmos, na memória dos cidadãos, da imprensa, dos jornais, das televisões, que aquela data memorável, que 27x26 nós perdemos, mas que ficou marcado na história do Paraná, na memória dos Deputados que aqui não votaram, de Deputados que aqui estão presentes, porque tudo que se faz pela grandeza do nosso Estado, pela grandeza das nossas idéias, dos nossos pensamentos. Daquilo que pensamos e porque lutamos, tem que ficar marcado na memória, na história.

Relembrava eu, vindo na história da COPEL, nesse disquete feito pela COPEL, "A Batalha da COPEL". Víamos primeiro o Projeto de Iniciativa Popular com mais de 120 mil assinaturas ser anunciado e ser recebido pelo nosso presidente Hermas Brandão em frente ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Aquele processo correu as comissões e finalmente foi votado. Nós víamos os estudantes vindo às nossas galerias, subindo a rampa do Palácio 19 de Dezembro.

Lembrávamos, também, reportávamos à Polícia Montada, a polícia surrando trabalhadores, estudantes. Deputada Elza, o sangue do trabalhador, dos estudantes, da nossa gente que lutava pela Companhia, a nossa Companhia de Energia Elétrica, apanhando em praça pública! O Governador Roberto Requião defendendo e aqui estando na tribuna no dia da votação, o Senador Álvaro Dias vindo de Brasília para pedir para que a Assembléia não votasse.

Então, temos que lembrar, vindo a nossa participação, quando os portões da Assembléia foram fechados, e nós não podíamos entrar na nossa Casa, onde o povo estava de fora, e seguranças e policiais não deixavam que nós aqui entrássemos; a nossa entrada tinha que ser feita pela porta dos fundos! Mas, resistimos, Srs. Deputados jogamos o nosso carro contra os portões da Assembléia, e fizemos com que pudéssemos entrar pela porta da frente na nossa Casa, porque entrar pelas portas dos fundos talvez seja num momento difícil, mas nós, que achávamos e tínhamos a razão não poderíamos ceder e entrar pelas portas dos fundos, escondidos, quando estavam surrupiando a empresa mais legítima e a empresa orgulho do Paraná.

O Sra. Elza Correia (PMDB)

V. exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Eu queria cumprimentá-lo companheiro pelo pronunciamento e dizer que fizemos parte, que eu fiz parte do movimento de defesa da COPEL também aqui no nosso Estado, lá em Londrina, como Vereadora; estive aqui na Assembléia Legislativa, ali, nas galerias, acompa-

nhando as votações. Realmente, era comovente ver a população do Estado do Paraná na defesa incondicional do nosso patrimônio, a COPEL.

E, portanto, acho muito oportuno registrar, porque existem algumas datas que nós não devemos esquecer, até porque elas fazem parte da nossa história recente, e bons e maus momentos da história do Estado e do País devemos manter para gerações futuras.

Portanto, eu queria cumprimentá-lo pela iniciativa e dizer que todo o paranaense que naquele momento se posicionou contra a venda da COPEL, haverá de comemorar, junto conosco, o dia 15, comemorar porque nós conseguimos realmente garantir esse patrimônio, não fosse a participação, não fosse a presença, não fosse a população se colocando mesmo numa resistência, porque eu continuo dizendo que essas e outras lutas em defesa do patrimônio do País e do Estado são lutas sempre de resistência.

Então, cumprimento V. Exa. pela iniciativa.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Eu agradeço, Deputada Elza, e lembro-me o Governador dizendo que, se eleito, entraria na Justiça, e que independente disso, no Congresso Nacional quando ele lá nos representava, que nós entraríamos na Justiça para que ninguém comprasse a COPEL, porque se alguma empresa multinacional do mundo inteiro aqui viesse comprar - e o leilão foi feito, - que nós na Justiça anularíamos a venda, e ninguém se habilitou, porque viu na força da gente paranaense aquele negócio fácil, como foi a venda do BANESTADO, e hoje aqui o Deputado Scarpellini lembrou que os bancos estão tendo lucros maravilhosos porque o sistema brasileiro favorece ao BRADESCO, ao Itaú, que foi dado de graça, e foi prorrogado os cinco anos do Governo passado, que não só cinco anos do Governo do Estado tivesse as suas contas no Banco Itaú, mas foi prorrogado por esta Casa, também no Governo passado, para que o Banco Itaú permanecesse com as contas do Governo do Estado.

Por isso, Sr. Presidente, eu me orgulho, em nome da minha bancada, do meu Partido, o PMDB, relembrar, apresentar este projeto, para que fique perpetuado nas datas dos eventos paranaenses a data da resistência da população paranaense contra a venda da COPEL.

O primeiro projeto de iniciativa popular, assinado por mais de 130 mil pessoas, veio para esta Casa e aqui ficou marcado para a vida inteira. Não só nos Anais, mas na mente daqueles cidadãos de bem que pensam no futuro do nosso Estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Horário da Liderança do Governo, Deputado Rafael Greca.

Liderança do Governo: Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Deputado Valdir Rossoni levantou aqui suspeição sobre o veículo de publicidade chamado Clear-Channel. Esse veículo de publicidade tão poderoso quanto a Rede Globo de televisão, no meu ponto de vista, é o conjunto de painéis luminosos que estão em todos os pontos de ônibus de Curitiba.

O nosso sucessor Cássio Tanigushi colocou essa modalidade de propaganda quando renovou os equipamentos urbanos, sobretudo os do centro de Curitiba.

O que me preocupava muito era que o Clear-Channel não pagasse eletricidade devida à COPEL, porque os equipamentos são ligados diretamente aos postes.

Fiz um Pedido de informações à COPEL e descobri que o pagamento é por amostragem, ou por estimativa de custo. Mas a empresa paga à COPEL a eletricidade consumida.

Deputado Valdir Rossoni, são 1500 pontos de paradas de ônibus e espaços institucionais espalhados pela cidade. O preço por semana para 100 posições é de vinte cinco mil reais. O preço para 350 posições é de 78 mil reais.

É uma mídia que está sendo usada e veiculada e certamente o Secretário de Comunicação não deve pagar diferente do preço do mercado. Mas não me oponho, e estou autorizado pelo Deputado Dobrandino a dizer isso, a Liderança não se opõe que esse Pedido de Informações seja encaminhado a Sua Excelência o Sr. Secretário. Imagino que não haja coisa a esconder, porque as contas da Secretaria de Comunicação são públicas e devem estar até no portal que o governo mantém na internet.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Estou fazendo o requerimento porque tenho dúvidas.

Não quero ser afirmativo, mas tenho subsídio suficiente para dizer que o Secretário de Comunicação não tem sido correto com esta Casa, porque ele não responde nada.

Deputado Rafael Greca, V. Exa. sobe imediatamente para a tribuna colocando com conhecimento esta questão.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Tenho conhecimento, porque me interessei por essa mídia.

Gostaria de divulgar o Museu Oscar Niemayer com mais intensidade do que é divulgado. É muito interessante que os bens culturais sejam compartilhados com o povo. E o ponto de ônibus me parece o lugar mais adequado. Por isso que tenho conhecimento dos preços.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Não estou duvidando do seu conhecimento e também não estou discordando de sua informação.

Quero acreditar e acredito em V. Exa.!

Quero fazer uma cobrança a V. Exa.: outro dia, V. Exa. me respondeu aqui que tinha as informações da licitação dos SPS da segurança do Porto.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Já tenho e já vou lhe dar!

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

V. Exa. me disse que teria no outro dia, daí não nos encontramos, daí V. Exa. falou da tribuna ou em um aparte que não se daria ao capricho do meu requerimento. Não pedi a V. Exa. as informações, eu critiquei o Governo por não ter tomado as atitudes.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Não foi isso que eu disse. Quero lhe dizer que peguei as informações com a diretoria do Porto e, de fato, venceu uma empresa que fez pela metade do preço do estimado em Brasília, mas, naquele dia que eu lhe disse que poderia dar a informação, a advogada do Porto, a assessora jurídica da Administração dos Portos me informou que ainda não podia ser informação pública, porque estava nos prazos de recurso do processo licitatório. Isso já se esgotou completamente e, agora, posso lhe dar todas as informações.

Estou com o material no meu gabinete e vou lhe entregar pessoalmente.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Agradeço a V. Exa., porque essas informações, para mim, são importantes, porque preciso fazer um juízo dessa questão. Primeiro, pelo prazo que temos para resolver esse problema no Porto sendo apenas dois portos brasileiros que ainda não cumpriram essa exigência: o Porto de Paranaguá e o Porto de Rio Grande. Então, agora, com essa informação de V. Exa., fico mais tranquilo, porque quando fiz esse pronunciamento o fiz na defesa dos interesses do Paraná.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Mas veja, nem eu duvido da sua boa intenção, mas o Porto de Paranaguá vai ter a adequação às normas internacionais de segurança de acordo com o previsto, pela metade do preço, o que qualifica o Governo no sentido da probidade administrativa, da boa administração.

Outras dúvidas sobre o Porto poderão ser dirimidas aqui, no dia 22, quando haverá uma audiência pública, na presença do Superintendente, do Procurador-Geral, dos Srs. Deputados Federais e do Líder da ANTAq. Espero que essa audiência pública resolva, de uma vez, essa contradição, porque Paranaguá precisa ser um porto aberto, dinâmico, bem operado, e no meu ponto de vista público, no modelo japonês de economia de mercado, com portos

públicos e infra-estrutura estratégica pública; operado pelo Governo do Estado, com competência. Agora, se há gargalos, os gargalos devem ser excluídos, porque, no meu ponto de vista, não pode a economia pujante do Paraná sofrer qualquer garroteamento.

O Sr. Valdir Rossoni (PDDB)

Deputado Greca, quero dizer que fico feliz quando debato com V. Exa. pelo discernimento que tem, pela intelectualidade, pela educação, pelo respeito. Fico feliz quando estamos aqui debatendo uma questão de interesse do Paraná. Este italiano - de origem italiana - aqui tem o mesmo objetivo de V. Exa.

Agradeço a V. Exa. pela deferência e pela forma como está debatendo esse assunto de extrema importância para a economia do Estado.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

O Governo do Paraná se pauta por uma dialética transparente. O processo da chamada "escolinha" ou da escola de Governo do Governador Requião, transmitida pela televisão, é o de tornar as coisas transparentes, com uma ampla discussão pública.

Se hoje de manhã, como referiu o Deputado Rossoni, o Governador fez críticas à Secretaria da Comunicação, certamente fez em Palácio e fez dentro do seu direito de Governador de apertar parafusos para que as coisas andem com maior rapidez, com melhor segurança e dentro dos objetivos que S. Exa. entende "os objetivos de Governo".

Acho que as críticas são salutares e quando elas são feitas de maneira leal, não são corrosivas, não são perversas, elas podem ser aceitas. Vale o pensamento de Santo Agostinho: "preferíveis os que me criticam porque me acrescentam, do que aqueles que só me elogiam porque estes podem corromper e pôr a perder".

Certamente, se o Presidente Lula tivesse exercido a crítica com relação ao Ministro José Dirceu, teria hoje menos problemas.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança da Oposição, Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)**O SR. VALDIR ROSSONI**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu caro Deputado Anibelli: gostaria de ter a sua atenção para responder a V. Exa. pelo pronunciamento que V. Exa. fez.

Quero dizer a V. Exa. que lhe dou toda a razão. Poucas vezes lhe dou razão, mas curvo-me, com certeza um dos grandes erros que cometi politicamente induzido ou levado por informações sobre a votação da COPEL. Nunca escondi, não tenho vergonha, mas hoje reconheço que a Oposição naquela oportunidade tinha razão de lutar pela não privatização da COPEL. Hoje reconheço e certa-

mente hoje, mesmo de estivesse no governo, não votaria favorável. Mas, quero dizer a V. Exa. que tenho uma grande preocupação com a questão da COPEL.

Sobre a questão da Usina de Araucária. A empresa “El Paso”, esta empresa, Deputado Anibelli, recebi algumas informações nos últimos dias que me causou preocupação e acho que vai ser assunto aqui para formarmos talvez uma comissão, para com muita responsabilidade discutir e debater.

A El Paso, ao construir a Usina de Araucária, antes de iniciar a usina que hoje está paralisada por um posicionamento do governo atual, ela pediu à PETROBRAS a informação de qual seria o gás entregue na usina para produzir energia. A PETROBRAS informou oficialmente quais seriam as qualificações, se essa é a palavra adequada, para construir essa usina.

A El Paso construiu a usina. Quando essa usina - esta é a informação que me chega e não quero tornar isso uma verdade, quero trazer isso para o debate nesta Casa porque é de interesse do Paraná - quis iniciar o seu funcionamento, o gás que chegava a essa usina não tinha as especificações que a PETROBRAS dizia. Por essa razão que acho que temos de chamar técnicos da COPEL para trazer o contraditório dessa informação. Aí o que ocorreu? A El Paso investiu em torno de - não quero dizer o número exato, para depois não ser contestado - trinta ou quarenta milhões, instalando um novo equipamento nesta usina, para se adaptar ao gás que ali chegava. Houve um erro de informação da PETROBRAS e custou ao Paraná muito caro para a adaptação dessa usina.

Essa usina está pronta para funcionar, conforme informações que me chegam. O que estou sabendo - se V. Exa. puder usar da sua liderança e da sua força política junto ao governo, para trazer essa informação - é que a El Paso entrou com uma informação contra o Governo do Paraná, por essa usina não estar funcionando, no valor de 850 milhões de dólares. Essa ação está correndo e até o mês de maio vai ser decidida. A COPEL poderá ganhar ou perder. A informação que nos chega, Deputado Dobrandino, é algo que temos que analisar com profundidade, porque os argumentos do Governo do Paraná não são suficientes para ganhar essa ação. Houve um erro da PETROBRAS na indicação da qualidade da especificação do gás, da adaptação da usina e ao ser adaptada com um novo equipamento, para se enquadrar dentro daquele gás que chegava à usina, gastaram mais uma fábula de dinheiro. Não entro nessa questão de valores, nem para defender e nem para acusar. A usina está pronta e pode entrar em funcionamento, em um custo de energia, dentro do equilíbrio de trinta a 35 dólares/mega, quase o valor das usinas hidrelétricas, considerando várias questões técnicas, das quais não sou profundo conhecedor, como é o caso de se trazer a energia de longa distância, porque se perdem 10% e quase de equipara.

O que me preocupa é o seguinte: temos que nos preocupar com o resultado dessa questão. No momento em que essa usina foi construída - todos os brasileiros

sabem - estávamos em um momento do apagão, a maior seca que assolou este País, os lagos das nossas usinas do Sul e Sudeste não tinham água. Naquele momento, o Governo Federal fazia uma grande campanha, para que os Estados construíssem termelétricas para gerar energia, porque o caos estava sendo instalado neste País e por esta razão o Governo do Paraná iniciou a construção dessa usina.

As informações que me chegaram podem ou não ser verdadeiras. Se verdadeiras forem, há uma grande preocupação. Imaginem uma empresa dessa ganhar uma ação de 850 milhões de dólares da COPEL! O que vai acontecer com a COPEL? Vai falir.

Por esta razão, não trago como crítica - é um pronunciamento do Governador e de repente ele está certo - mas como preocupação para debatermos com o próprio Governador. Nós, Deputados de Oposição, estamos abertos para esta questão, porque nem tudo o que falo pode ser inteiramente certo pelas informações que recebo, mas nem tudo que chega ao Governador pode ser correto, porque alguém pode estar levando informações incorretas a ele. V. Exa. sabe o jeito de o Governador governar - eu, da Oposição, enxergo - centralizador. Há técnicos da COPEL que tremem ao chegar perto do Governador e têm medo de contrariar o que o Governador pensa.

Por essa razão é que trago esta questão e gostaria de pedir a atenção do Deputado Anibelli e do Líder do Governo, com todo o respeito, só para concluir, estou pedindo atenção para que marcássemos uma data, mas não em Plenário. Na Comissão, trazermos aqui alguns técnicos para que eles nos tragam a outra versão dessa questão, porque eu, como bom paranaense que sou, torço para que essas informações que me chegaram sejam incorretas. Porque se elas forem corretas, a COPEL está correndo o risco de perder uma ação...

(Corte no som)

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Deputado Valdir Rossoni, gostaria de trinta segundos para poder fazer o esclarecimento, se me permitir.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Peço a compreensão de V. Exas., porque o Deputado tem só um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Deputado Rossoni, V. Exa. me pediu atenção e fiquei em pé perante o microfone.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

E até agradeço, sensibilizado, pela sua compreensão.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Quero dizer duas coisas a V. Exa.

V. Exa., hoje, teve um gesto de grandeza, dizendo que errou na votação da COPEL. Parabéns! Perdoado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não. Não estou pedindo perdão. Errei.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Então, quem reconhece o erro tem grandeza.

V. Exa., hoje, fez uma crítica também ao Presidente Collor, que V. Exa. levou a nossa Bituruna, para que lá fosse candidato do seu Partido, o PRN. Outra grandeza que V. Exa. teve!

E quero lhe dizer que o Governador esteve na França, foi lá discutir por que a usina implementada em Araucária foi construída sem as condições de vender energia para a nossa COPEL. Foi feito um erro muito grande, que depois de construída a usina não pode ser aproveitada para que a COPEL possa trazer a energia.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Concluo, Sr. Presidente, e peço desculpas ao Deputado Stica. Acho que esse é um assunto até para ocuparmos o Grande Expediente, mas gostaria que V. Exa. tivesse a prudência que estou tendo para que não déssemos essa debate como conclusivo, porque não é nem uma questão de ataque ao Governador e nem de defesa da Oposição, mas, sim, de debatermos essa questão que é meramente técnica e que não somos profundos conhecedores dessa questão e, tenho certeza absoluta, que poderemos contribuir.

Agradeço a compreensão de V. Exa.! Sei que V. Exa., hoje, está com a preocupação do Deputado Elio Rusch, mas esse alemão é gente muito boa; ele já se acalmou e vamos entender V. Exa. no cumprimento do Regimento Interno.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só para dizer, Sr. Presidente e Deputado Valdir Rossoni, que amanhã trarei as explicações técnicas da questão do gás da UEG. Não é exatamente isso que o senhor falou, mas amanhã trarei as explicações.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Questão de Ordem.

(Assentimento)

No mesmo artigo usado pela Questão de Ordem do Deputado Natálio Stica, não pedi ao Deputado Stica para trazer aqui nenhuma informação, mas se vierem as informações, será construtivo. O que estou colocando aqui são algumas informações que contestam o que estão dizendo.

Então, o que quero propor aos Srs. Parlamentares, é que possamos reunir técnicos para debater e tirarmos uma conclusão.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Sr. Presidente, Pela Ordem, novamente.

(Assentimento)

Disponho-me, inclusive, se me derem dois minutos, a fazer as explicações necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Não cabe Pela Ordem, Deputado.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Não é verdade o que está sendo dito aqui.

É que trazem aqui o nome da PETROBRAS em uma desculpa do que está acontecendo e não posso permitir, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, não coloquei em dúvida a PETROBRAS. Acredito que o problema nacional deve ter confundido e deixado a cabeça do petista perdida.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Peço a compreensão de V. Exa. Não cabe Pela Ordem e vamos acabar abrindo um precedente em nosso Regimento.

Peço ao som que corte os microfones de ambos os Deputados.

(Corte no som dos Deputados)

A pedido do Deputado Luiz Nishimori e da Deputada Cida Borghetti, esta Casa quer dar as boas-vindas e registrar a presença do Prefeito de Jussara, o Prefeito Bugre, e também a presença do Prefeito Takasumi, Prefeito do Município de São Sebastião da Amoreira.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 47 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, comunicando sua desfiliação do Partido Liberal e que também não faz parte da Bancada do PL nesta Casa de Leis. À **Diretoria Legislativa.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Ailton Araújo, constante do expediente, comunicando sua filiação ao Partido Popular Socialista e que a partir desta data

faz parte da Bancada do PPS, nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2296, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Srs. Deputados Alexandre Curi, Cida Borghetti, Francisco Bühner, Miltinho Pupio e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 16.08.2005 (terça-feira) em Comissão Geral para discussão e votação do Projeto de Lei nº 484/2004, Mensagem nº 36/2004, que objetiva transformar a EMATER-PR em autarquia. **Recebido. De acordo com artigo 107, parágrafo 2º do Regimento Interno, inclua-se na próxima Sessão decorridos 24 horas; À Diretoria de Assistência ao Plenário para providências.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 168/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a realização do exame Ultra-Screen nos Hospitais e Maternidades da Rede Pública do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. COM PARECER CONTRÁRIO AO SUBSTITUTIVO DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 281/2004, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder

Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - UNESCAM. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de nº 01, de autoria do Deputado Delegado Bradock, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 281/2004

Fica acrescido ao Projeto de Lei 281/2004, artigo com a seguinte redação:

“Art... O Poder Executivo levará em consideração parecer do Conselho Estadual de Educação para a implantação da UNESCAM.”

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK
Vice-Líder do Governo

Apoio:

Antonio Anibelli, Elza Correia, Artagão Júnior e Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

O que se pretende é que o Conselho Estadual de Educação se pronuncie, como órgão consultivo, à implantação da UNESCAM.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 331/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Araucária - ADEFAR, com sede e foro no Município de Araucária. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.** Emenda. **Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 331/2005

P A R E C E R :

A emenda aditiva ao projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes de Araucária - ADEFAR, com sede e foro no Município de Araucária, tem a finalidade de retificar a redação do seu artigo primeiro, uma vez que o mesmo deve contar com a seguinte redação;

“Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das pessoas portadoras de Deficiência Física de Araucária - ADEFAR, com sede e foro no Município de Araucária, Estado do Paraná, CNP 06.172.267/0001-42.”

Não há óbice à emenda de Plenário, uma vez que atende ao que determina o Regimento Interno da Assem-

bléia Legislativa no que concerne às emendas de Plenário.

Desta forma, meu parecer é favorável à aprovação da Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 331.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoioamento:

Ratinho Júnior, Ailton Araújo, José Maria Ferreira, Hermes Fonseca, Marcos Isfer, Delegado Bradock e Luiz Carlos Martins.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 308/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que prorroga o prazo de recebimento de requerimento disposto na Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995, alterada pelas Leis nºs 13.570 e 14.552, que trata de indenização às pessoas detidas sob acusação de terem participado de atividades políticas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.** Emenda. **Aprovada.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 015/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública a AFEPAR - Associação dos Ferroviários de Paranaguá, com sede e foro no Município de Paranaguá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2005, de 16.02.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 015/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Natálio Stica, declara de Utilidade Pública a Associação dos Ferroviários de Paranaguá - AFEPAR, com sede e foro no Município de Paranaguá, Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somo de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 180/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Coronel Domingos Soares. PARECER FAVORÁVEL DA

CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 026/2005, de 13.04.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 180/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Associação de Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Coronel Domingos Soares, Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somo de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 268/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que dispõe sobre a regulamentação na compra e venda de peças usadas pelas auto-peças, "desmanches". COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAICTM. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 040/2004, de 10/05/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 268/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei visa melhor regulamentar o funcionamento de estabelecimentos comerciais que atuem no ramo do desmanche de veículos automotores. Pretende o projeto que os veículos permaneçam inteiros, sendo as peças retiradas dos mesmos apenas no momento da venda. Para isso, dentre outras determinações, impõe o projeto que sejam retiradas fotografias dos veículos, antes e depois de cada venda das peças.

Diz o artigo 24 da Constituição Federal, o qual trata da competência legislativa dos entes da federação, em seu parágrafo 3º:

Art. 24 (...)

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender às suas peculiaridades.

Neste caso, portanto, como inexistente lei federal que trate da matéria apresentada pelo projeto, o Estado torna-se competente para legislar sobre a mesma. Assim, o projeto é competente para o fim a que se destina.

Com relação à técnica legislativa, o projeto preenche os requisitos da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a

consolidação das leis. No entanto, há que se fazer uma pequena consideração quanto à clareza textual, para que o projeto melhor se adeque ao *caput* do artigo 11 dessa lei, o qual dispõe:

Art. 11 As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica (...)

Para que essa clareza seja melhor atingida, com base no artigo 136, parágrafos 4º e 7º, III, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, se propõe uma emenda modificativa corretiva.

Essa emenda tem por fim corrigir o *caput* do artigo 1º do projeto em tela, cujo texto expressa:

Art. 1º Fica proibida a comercialização de veículos sinistrados, que sejam desmontados e suas peças colocadas nas prateleiras.

O texto, da forma em que foi apresentado, dá a entender que toda a comercialização de veículos sinistrados está proibida. No decorrer do projeto, pode-se ver que não é esse o seu objetivo. A vírgula após a palavra “sinistrados” dá a idéia de explicação, sendo que a expressão posterior “que sejam desmontados” pretende restringir, e não explicar, os tipos de veículos sinistrados que estão proibidos. Com a supressão, pois, dessa vírgula, o texto do artigo tomaria o seu devido sentido, passando a apresentar a seguinte redação:

Art. 1º Fica proibida a comercialização de veículos sinistrados que sejam desmontados e suas peças colocadas nas prateleiras.

Dessa forma, em caráter de análise prévia, opina-se pela aprovação do projeto, na forma da emenda em anexo e da emenda do Deputado Elton Welter.

Sala das Comissões, em 01.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

EMENDA MODIFICATIVA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 268/2005

Modifiquem-se o parágrafo único do artigo 5º e o artigo 7º, para que fiquem com a seguinte redação:

“Art 5º ...

Parágrafo único. Não sendo comprovada a origem das peças mencionadas no *caput* deste artigo, o estabelecimento autuado será imediatamente excluído do cadastro estadual de contribuintes do ICMS.”

“Art. 7º As disposições desta lei aplicam-se aos veículos sinistrados adquiridos em outros Estados para serem objeto de comercialização no Paraná.”

Sala das Comissões, em 01.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoiamento:

Elton Carlos Welter.

VOTO SEPARADO AO PROJETO DE LEI Nº 268//2005

Relatório

O presente projeto de lei disciplina a compra e venda de salvados pelos estabelecimentos de Auto-Peças (Desmanches) existentes no Estado do Paraná.

Análise da constitucionalidade e fundamentação das emendas

O presente projeto de lei garante informações de procedências aos consumidores de salvados em quaisquer lojas do ramo situadas no Estado do Paraná.

Como versa sobre consumo não apresenta vício de iniciativa em seu objetivo, pois tal competência é concorrente e encontra-se albergada pelo artigo 24, inciso V, da Constituição Federal de 1988¹, cujas normas gerais de proteção ao consumidor foram fixadas pela Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)², diploma legal este que assegura aos consumidores o direito à proteção e à informação nos termos dos artigos 4º, inciso II, alínea “d”³, 6º, inciso III⁴, 31⁵ e 55⁶.

Idêntica sorte não foi reservada ao parágrafo único (parágrafo 1º) do artigo 5º do Projeto de Lei em questão, por invadir a competência municipal ao determinar a imediata cassação do alvará daqueles estabelecimentos que não conseguirem comprovar a origem das peças que estiverem à venda ou em seu estoque. Isto porque a concessão, a renovação e a cassação dos alvarás é assunto de interesse local, no que apenas os municípios paranaenses detêm competência para fixar normas a seu respeito, em perfeita harmonia com as prescrições do artigo 30, inciso I, da Carta Magna. Visando contornar esta inconstitucionalidade insanável, apresentamos proposta de substitui-

1.Os direitos dos consumidores também encontram guarida nos artigos 5º, inciso XXXII, e inciso V, do texto constitucional.

2.O Código de Defesa do Consumidor foi elaborado com esteio no artigo 48 da ADCT.

3. Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito e à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:

II - ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor:

d) pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança durabilidade e desempenho.”

4. “Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;”

ção da sanção pela imediata retirada do estabelecimento autuado do cadastro estadual de contribuintes do ICMS.

Por fim, não havendo disposições legais em contrário a serem revogadas, sugere-se a substituição da redação do artigo 7º do projeto de lei, pela previsão de sujeição a esta lei das peças de veículos sinistrados adquiridas em outros Estados e que venham a ser objeto de comercialização no Paraná.

Conclusão

Isto posto, concluímos pela constitucionalidade do presente Projeto de Lei, com a ressalva do Parágrafo Único do artigo 5º, e apresentamos as seguintes emendas em anexo.

Sala das Comissões, em 01.06.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL PROJETO DE LEI Nº 268/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Mário Bradock, dispõe sobre a regulamentação na compra e venda de peças usadas pelas auto-peças, “Desmanches”.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise, quanto à constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma na forma de emenda em anexo e da emenda do Deputado Elton Welter.

Além disso, no aspecto constitucional, legal e regimental nada consta que possa impedir a normal tramitação da proposta, tão somente cabe ao Plenário, o exame do mérito da questão.

Conclusão

5. Art. 31 A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.”

6. Art. 55 A União, os Estados e o Distrito Federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo, no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias.

Isto posto, a Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul, apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 125/2005, na forma das emendas apresentadas.

Sala das Comissões, em 15.06.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

Em votação.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Eu conversava com meu colega e companheiro Bradock, e como bom delegado, o Deputado tem a preocupação em relação ao mérito, super justa, com este projeto de coibir furtos de veículos e assaltos, o que é uma preocupação de todos nós.

Por outro lado, eu conversava também com o Deputado Bradock, da minha preocupação em relação a esse projeto, que dispõe sobre a regulamentação de peças usadas pelas autopeças chamadas desmanches; proíbe a comercialização de peças de veículos sinistrados que sejam desmontados e suas peças colocadas nas prateleiras.

O que eu gostaria de deixar consignado aqui na Casa, companheiros, é que já existe uma Lei Estadual, 13.022, de 22.12.2000 que regulamenta o funcionamento dos estabelecimentos comerciais que atuam no ramo de desmanche em veículos automotores e na comercialização de peças.

Ainda, eu imagino, Bradock, não estou convencida e seria interessante debatermos um pouquinho, que a competência do funcionamento de estabelecimentos comerciais é do município e não do Estado. Além disso não existe a possibilidade, a nenhum de nós aqui, de estabelecermos uma exigência aos estabelecimentos comerciais porque estaríamos confrontando o artigo 170, parágrafo único, da Constituição Federal, principalmente pelo fato que o comércio de peças de veículos sinistrados possui uma lei que já o regulamenta.

Foram apresentadas emendas à CCJ, as quais modificam o parágrafo único do artigo 5º e do artigo 7º, exatamente retirando a expressão: “Revogam-se as disposições em contrário”. Assim sendo, não revogando as disposições contrárias, na minha avaliação há uma ilegalidade no projeto, pois estaria confrontando a lei estadual que não vai ser revogada; ela continua valendo. Então, quanto à disposição do presente projeto que os veículos adquiridos devem estar, obrigatoriamente, baixados pelo DETRAN, a mesma é inócua. Por quê? Porque o Decreto 4130 de 23.05.2001, que regulamenta a lei, já possui essa previsão.

O mesmo ocorre com a obrigatoriedade das notas fiscais de compra de veículos sinistrados haja vista que o decreto ora mencionado, dispõe: “ser emitidas inclusive constando das mesmas o número do registro do DETRAN, estabelecimento vendedor ou comprador, conforme o caso.

Então eu falei com o companheiro Bradock, levantei essas considerações porque já existe lei. Não estou revogando lei que já existe, estamos fazendo regulamentação que não é nossa responsabilidade, é responsabilidade do município. Portanto, penso que estamos fazendo uma lei em cima de outra que já existe, sem revogá-la.

Preocupa-me essas questões, embora entenda que o mérito do projeto é louvável, conforme disse no início. Eu falo isso aqui com muita serenidade, porque primeiro falei com o autor do projeto. Acho que este tem que ser o procedimento. Fui lá e falei com o Bradock: “Deputado, eu não fui convencida de que nós estamos votando um projeto que seja legal e constitucional.” Li novamente, peguei todas as leis e nós não estamos revogando a lei anterior.

Gostaria de deixar manifestada esta minha preocupação aqui, porque eu estaria forçando a minha natureza e forçando uma barra para votar apenas porque é projeto de um Deputado que eu respeito muito e é meu companheiro de Partido.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (**Para Encaminhar**)

A Deputada Elza está se preocupando, como é de sua índole, com a legalidade do projeto, mas ele já passou pela Comissão de Constituição e Justiça, já foi analisado e foi emendado.

O que nós pretendemos com esse projeto é justamente evitar os assaltos, é evitar que pessoas morram por causa de um veículo, é evitar que as lojas de desmanche se propaguem, assustadoramente, como temos em Curitiba, na região metropolitana, Maringá, Ponta Grossa. O que acontece hoje? Toda estas lei que a Deputada Elza Correia falou, já existem, só não existe a regulamentação das coisas. Não queremos que a loja feche. Nós queremos que a loja tenha o veículo sinistrado, inteiro no pátio e que o consumidor vá até essa loja para adquirir uma porta, um painel, um pára-lama e que essa peça seja retirada no momento da compra e fotografada, o que hoje não acontece.

Assalta-se um carro hoje, aqui, no centro da cidade, e daqui a meia hora, o carro está na prateleira e a Polícia não tem mecanismos para apurar onde foi o carro, e muitas vezes, como aconteceu sábado à noite, às duas horas da manhã, uma moça que esperava o namorado descer do apartamento, foi assaltada, se assustou. O bandido lhe deu um tiro na nuca e roubou o Corsa, que provavelmente está na prateleira de alguma loja hoje e não tem como a Polícia descobrir onde ele está. As notas fiscais também não adiantam. Pegam-se carretas com cargas de peças vindas de São Paulo, com a nota fiscal: quarenta portas, conforme especificações, sessenta tetos, quatrocentos motores, e não tem como a Polícia investigar de onde veio isso aí.

Esse projeto nosso visa dizer onde surgiu esse carro, qual é a sua origem, qual é a origem da peça. Você

não irá encontrar mais nas lojas, peças avulsas. Tetos avulsos, portas avulsas.

Não! Tem que estar no “veículo sinistrado”. Se não estiver ali não pode vender, até para a segurança do consumidor que muitas vezes, precisa de uma peça, vai numa loja, vai ter o carro lá, vai saber que foi baixado no DETRAN, que tem origem, nota fiscal, tem tudo. Ele vai poder comprar e vai poder provar que comprou uma peça usada, séria. Não acontece hoje. Logicamente não vamos generalizar. Têm lojas sérias, mas 90% não são! Podem verificar todas as lojas. Na maior parte das lojas a senhora, Deputada, vai ver que não tem como provar de onde vêm aquelas peças. Por isso, a preocupação do nosso projeto: evitar que pessoas percam o patrimônio e percam a vida, porque os carros modernos hoje, não se levam mais na chave micha; ou leva no cano ou não leva. Você não pode pegar um Audi hoje e michar como faziam antigamente com os Opalas, Corcel.

Hoje, é no cano, porque não funciona. Se levar outra chave, não funciona. Isso prejudica a vida do motorista. Muitas vezes ele se assusta, arranca o carro, leva um tiro como aconteceu no sábado e essa mesma dupla que assaltou e matou a moça, na Sete de Setembro, fez outro assalto. Atirou na perna de outro rapaz e daí sim, levou o carro, porque o primeiro, abandonaram.

Eu gostaria que os nobres colegas votassem a favor desse projeto, porque, acima de tudo, é para proteger a vida do cidadão.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Em votação.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Eu quero dizer o seguinte, companheiro Bradock. O senhor colocou algumas questões de mérito, no que o senhor tem razão e foi a minha primeira fala. A sua preocupação é louvável, mas V. Exa. coloca que está fazendo a regulamentação.

A lei já está regulamentada, já existe! É o Decreto 4130 de 23.05.2001, regulamentando a Lei 13022/2000. Está aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

A palavra está assegurada por dez minutos.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

Eu não sei qual interesse da Deputada em...

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Como é que é, Bradock?

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

Eu não vejo qual é o interesse da senhora em ser contra esse projeto que vai salvar vidas.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputado Bradock, peço a sua compreensão. A palavra está assegurada à Deputada Elza.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Eu gostaria de colocar o seguinte: não é uma questão de ficar nervoso porque outro companheiro coloca uma questão para reflexão. Que negócio é esse? Eu penso o seguinte: hoje, na primeira discussão, estamos discutindo legalidade, constitucionalidade. Não estamos discutindo o mérito. Com todo o respeito à Comissão de Justiça, que eu tenho, também comete equívocos. Como não aceitar um recurso que eu entrei e voltou atrás depois, o Presidente da Comissão. Comete equívocos.

Na minha avaliação, esse projeto é ilegal e inconstitucional, porque nós estamos fazendo uma lei, não revogando uma lei que já existe, passando por cima de leis federais. Estamos passando por cima da competência municipal que é legislar sobre funcionamento de estabelecimentos comerciais.

Estou querendo chamar a atenção para uma questão que eu acho importante.

Não posso? Posso!

Aqui tem autonomia e independência de cada Deputado. Se eu for convencida do contrário, tudo bem. Já aconteceu isso em outras ocasiões.

Costuma-se discutir e embolar a discussão. Discussão de mérito é na segunda. Discussão de legalidade e inconstitucionalidade é na primeira. Na minha avaliação um projeto que propõe praticamente a mesma coisa de uma lei que já existe, sem revogar a lei anterior, fica valendo o quê? Eu estou querendo aprender com os mais antigos, com os mais informados sobre lei!

Na minha avaliação, esse decreto, quando não revoga a lei anterior e, quando diz que vai regulamentar uma lei que já tem regulamentação, quando passa por cima de leis federais e passa por cima de leis estaduais, eu acho que há, aí, sim, uma ilegalidade.

Então eu gostaria que, se for encaminhada a votação, já manifestar o meu voto contrário a esse projeto.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)

Deputado Bradock e Deputada Elza, Sr. Presidente me parece que o mérito desse projeto é de interesse público e de grande relevância social.

Nós estamos vendo a questão do desmanche de carros acontecer todo o dia e à nossa volta. Ainda no sábado eu liguei para o Delegado Geral da região metropolitana e para o Comando do Policiamento da Capital, para pedir que o carro de um amigo meu, um Astra azul, fosse rastreado pela polícia e recuperado. Esse carro foi roubado à mão armada na Rua Brigadeiro Franco, às sete horas da noite e, por volta das três horas da manhã o carro foi devolvido, com rodados mais simples e despojado do aparelho de som, colocado numa rua escura da Campina do Siqueira.

Liguei para mim, um soldado chamado Kaminski e pediu que o meu amigo fosse buscar o carro depois de emprestado para desmanche pelos ladrões, por apenas seis horas.

O que eu quero dizer com esse meu pronunciamento, é que a cidade, Curitiba e o Paraná, já não aguentam mais essa impunidade dos desmanches e que a rapidez, quando se ouve uma voz superior de comando na localização do carro roubado em Curitiba, na noite de sábado, faz crer em duas possibilidades: uma, de uma notável eficiência da polícia; a outra, é de cumplicidade de setores da polícia com a indústria do desmanche.

O carro foi emprestado. Quando nós gritamos, foi imediatamente devolvido com os rodados trocados e o carro completamente espoliado!

Então o que eu queria apelar para a Deputada Elza e para o Deputado Bradock, como é uma questão de mérito, que resolvessem dentro da Bancada essa questão, pelo diálogo, mas que não se deixe de fazer uma lei nesse sentido. Diz a Deputada Elza que a lei já existe. Mas, que mal existe, se existe duas leis falando a mesma coisa?

Eu faço uma questão de ordem à Mesa. Terá a Comissão de Constituição e Justiça errado, como disse a Deputada Elza, a propor o presente projeto de lei. Pode ser votada uma lei semelhante ou de igual teor a outra lei já existente? E existe essa lei estadual? A Deputada Elza deu o número e a data da lei. Lei Estadual 13022 de 2000.

A minha questão de ordem é que legalmente, o que nós estamos votando conflita ou atrapalha, ou acrescenta à Lei Estadual nº 13022 de 2000? O Deputado Bradock diz que acrescenta; a Deputada Elza diz que conflita.

Eu quero fazer, em nome do Plenário, o seguinte questionamento à assessoria jurídica da Casa...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, na verdade não acompanhei o encaminhamento da Deputada Elza desde o começo. Na verdade, se ela concorda com o mérito do projeto, a questão constitucional nós podemos consertar apenas com uma emenda, revogadas as disposições em contrário; nós podemos consertar. Agora, se também for contra o mérito, daí é outra questão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputada Elza, eu consulto V. Exa., no artigo 7º da Lei nº 268/2005, há um Projeto de Lei nº 265/2005, que diz assim: "Revogam-se as disposições em contrário".

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Pela Ordem)

Não. Foi retirado essa expressão na CCJ. Minha questão é exatamente essa. O companheiro Rossoni resolve a questão. A CCJ fez tirando, "revoga-se a disposição em contrário", por isso mantém a outra lei. Entra com essa emenda e resolve o problema, e o mérito, eu estou com o Bradock, eu não sou a favor de desmanches ilegais.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu faço aqui uma sugestão, até porque o roubo de automóveis é um caso muito sério, e de repente essa lei poderá contribuir com a diminuição do roubo de carros. Que nós aprovássemos em primeira discussão, e em segunda discussão nós entrássemos com uma emenda trazendo a legalidade da lei observando as exigências.

Só essa sugestão, para nós não termos esse questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

A Mesa acata a sua sugestão e poderá ser acrescentada uma emenda amanhã.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)

A emenda da CCJ é emenda modificativa; diz o seguinte: “O artigo 7º, que no projeto original revogam-se as disposições em contrário, passa a vigorar com a seguinte redação: As disposições desta lei aplicam-se aos veículos sinistrados adquiridos em outros Estados para serem objeto de comercialização no Paraná”. Eu pergunto: “Por que só os veículos de outros Estados? Por que não veículos também do Paraná, que estejam em vias de serem desmanchados?”

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

A Mesa gostaria de esclarecer que a emenda será colocada em votação amanhã, ainda poderão ser acrescentadas novas emendas, e até mesmo rejeitadas as emendas.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (Pela Ordem)

Só para esclarecer ao Deputado Rafael Greca, é que os do Paraná serão baixados pelo DETRAN.

Então, para você colocar o carro para ser vendido para desmanchar, tem que ser baixado no DETRAN, primeiro; e os de fora, têm que vir com a nota. Se não tiver nota fiscal e o carro inteiro, só a título de curiosidade, se o carro estiver inteiro na loja ele dá garantia ao consumidor e a origem do carro. Hoje em dia você vai na loja; as peças estão dispostas.

Então, roubaram um Astra, não vão mais achar as suas rodas, os seus bancos, porque eles vão estar dispostos, você não sabe mais daonde veio. Agora, se o carro estiver inteiro no pátio, aí eu quero ver o cara roubar o teu carro! Não vai ter para quem vender. Não tendo recptador, não tem ladrão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está em votação o projeto. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 299/2005, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Coletores e Seleccionadores de

Resíduos Sólidos de Matinhos - ANCRESMAT, do Município de Matinhos. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 045/2005, de 18/05/2005).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 299/2005**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Nelson Garcia, declara de Utilidade Pública a Associação dos Coletores e Seleccionadores de Resíduos Sólidos de Matinhos - ANCRESMAT, com sede e foro no Município de Matinhos-PR.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 338/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Guarapuavana de Apoio ao Toxicômano e Alcoólatra, com sede e foro no Município de Guarapuava. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 051/2005, de 31/05/2005).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 338/2005**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Associação Guarapuavana de Apoio ao Toxicômano e Alcoólatra, com sede e foro no Município de Guarapuava-PR.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Anawin, localizada na Rua Pernambuco, 111, Centro, com sede e

foro no Município de Francisco Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2005, de 29/06/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 424/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, declara de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Anawin, localizada na Rua Pernambuco, 111, Centro, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão-PR.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 425/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Itaguapé e foro no Município de Colorado. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2005, de 29/06/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 425/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria da Deputada Cida Borghetti, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Itaguapé e foro no Município de Colorado.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2277, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2279, 2280, 2281 e 2288, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2282, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2284 a 2287, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2289 e 2290, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2293, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2294 e 2295, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2298, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2301, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2302, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para as providências.**

Requerimento nº 2303, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 331 e 308/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 015, 180, 268, 299, 338, 424 e 425/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 484/2004, 321, 416, 417 e 370/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portaria

PORTARIA Nº 074/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6064, datado de 10 de agosto de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar à disposição da Secretaria de Estado da Fazenda, o servidor deste Poder Legislativo, ARTUR FELIPE FISCHER PESSUTI, matrícula nº 6195, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2005.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Atas de Comissões

Comissão de Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, na oportunidade em que o Deputado Alexandre Curi, relatou os seguintes Projetos de Lei nºs 053/2005, 150/2005, 161/2005, 262/2005, 264/2005, 183/2005, 350/2003, 196/2005, 111/2005 e 203/2005, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, que será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão

de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, na oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti, relatou os seguintes Projetos de Lei nºs 139/2005, 155/2005, 377/2005 e 388/2005, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, que será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, na oportunidade em que o Deputado Alexandre Curi, relatou os seguintes Projetos de Lei nº 177/2005, o qual foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, que será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
28ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, na oportunidade em que o Deputado Luiz Accorsi, relatou os seguintes Projetos de Lei nºs 047/2005, 069/2005, 162/2005 e 387/2005, e o Projeto de Resolução nº 018/2003, os quais foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, que será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária